

Índice

Capítulo I – Introdução.....	11
1.1. Enquadramento da Investigação.....	11
1.2. Metodologia Adaptada.....	12
1.3. Resultados da Investigação.....	13
1.4. Referência às Dificuldades, Obstáculos e Limitações.....	14
1.5. Contribuições.....	14
1.6. Futuras Investigações.....	14
1.7. Estrutura da Investigação.....	15
Capítulo II – Revisão da Literatura.....	16
2.1. Desenvolvimento Sustentável.....	16
2.1.1. Enquadramento da Evolução do Conceito à luz do conceito de Desenvolvimento.....	16
2.2. A Economia Solidária.....	22
2.2.1. Enquadramento da Evolução do Conceito à luz do Conceito de Economia Social.....	22
2.2.2. As Correntes de Pensamento da Economia Solidária.....	29
2.2.2.1. Quadro teórico das Principais Correntes da Economia Solidária.....	30
2.3. A Responsabilidade Social das Empresas.....	36
2.3.1. Contextualização para a Convocação do conceito de RSE.....	36
2.3.2. Enquadramento e Evolução do Conceito.....	36
2.3.3. A abordagem ao conceito de Responsabilidade Social das Empresas/Organizações.....	41
2.4. A Transversalidade dos Conceitos na condução do Desenvolvimento Sustentável.....	48
Capítulo III – Análise da Experiência dos Açores.....	52
3.1. Metodologia.....	52
3.1.1. Objectivos da Pesquisa.....	52
3.1.2. Hipóteses a Testar.....	52
3.1.3. Opções Metodológicas.....	53
3.1.4. Construção e Características do Inquérito.....	54
3.1.4.1. Principais Etapas.....	54
3.1.4.2. Identificação e Selecção das Variáveis.....	55
3.1.4.3. Universo da Pesquisa.....	55
3.1.4.4. Teste do Inquérito.....	56
3.1.4.5. Recolha e Tratamento de Dados do Inquérito.....	57
3.2. Caracterização da Região Autónoma dos Açores.....	57
3.3. Caracterização da Economia Solidária na Região Autónoma dos Açores.....	59
3.4. Caracterização da Responsabilidade Social nos Açores.....	63
3.5. Análise de Dados.....	64
3.6. A Análise Estatística Confirmatória.....	75

Capítulo IV – Conclusões.....	81
Capítulo V – Bibliografia.....	88
Sites Consultados.....	93
Anexos.....	XCV

Índice de Figuras

Figura 1: Distribuição Geográfica das Organizações de Economia Solidária na R.A.A.....	56
Figura 2: Mapa da Região Autónoma dos Açores.....	58
Figura 3: Associados da CRESAÇOR, distribuídos pelos Concelhos da R.A.A.....	61
Figura 4: Cenário do Universo da Análise da Economia Solidária na R.A.A.....	62
Figura 5: Distribuição de Actividades das Empresas de Economia Solidária.....	64
Figura 6: Partilha de Preocupações Sociais com as Empresas na promoção do Desenvolvimento Sustentável.....	66
Figura 7: Motivos identificados pelas organizações de ES para que as Empresas do sector publico e/ou privado estabeleçam parcerias.....	67
Figura 8: Práticas identificadas de RSE nas organizações de ES.....	69
Figura 9: Importância da Participação das Empresas com as Organizações de Economia Solidária.....	70
Figura 10: Motivos para Estabelecer Parcerias com as Empresas do Sector Privado.....	71
Figura 11: Importância em Estabelecer Parceiras como contributo à promoção do desenvolvimento sustentável.....	72
Figura 12: Análise da concordância da participação das empresas na participação da resolução de problemáticas sociais.....	73
Figura 13: Mais valia de partilhar preocupações sociais com as Empresa na promoção do desenvolvimento sustentável.....	74

Índice de Tabelas

Tabela 1: Teste do Qui -Quadrado para as questões colocadas no Questionário nº 2 e nº 9.....	76
Tabela 2: Análise das questões nº 3 e nº 9 aplicando o teste do Qui-Quadrado.....	77
Tabela 3: Análise da importância da gestão com as questões do Desenvolvimento Sustentável.....	78
Tabela 4: Análises das Médias não são significativamente diferentes.....	79

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

A presente investigação realizada no âmbito da dissertação da tese de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Análise e Gestão aborda a relação dos conceitos de Economia Solidária, nas organizações sem fins lucrativos e a Responsabilidade Social das Empresas nas organizações com fins lucrativos. Estas conceptualizações concorrem para a estruturação do conceito de sustentabilidade, no contexto do arquipélago açoriano constituído como Região Autónoma Portuguesa desde 1976 e consagrada nos últimos Tratados da União Europeia como Região Ultraperiférica da Europa.

1.1. ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

A pertinência do tema evidencia-se pela urgência em evocar e amparar o compromisso de que a sustentabilidade assenta no desenvolvimento harmónico entre o económico, o social, e o ambiental, baseado nas relações de parceria entre todos os modelos de organização da sociedade civil.

Esta pesquisa centra-se no sector das organizações privadas sem fins lucrativos, também denominado: por terceiro sector, organizações da sociedade civil, organizações não governamentais. Estas organizações denominam um conjunto muito diversificado de actividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado.

O mote desta pesquisa vai no sentido de pretender aferir o grau de importância da relação dos conceitos de Economia Solidária (ES) e de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) num esforço de sinergias catalisadoras de acções benéficas para o Todo que deverá superar a soma das partes. E, se nesse trilho, ambos os sectores organizacionais ao assumirem as suas preocupações sociais, económicas e ambientais estão a afirmar que assumem os mesmos princípios, a mesma ética e o mesmo ideal básico de solidariedade.

Pretende-se também verificar se as matrizes dos instrumentos da Economia Solidária e da Responsabilidade Social se articulam entre si, no planeamento de acções estruturante na construção do desenvolvimento harmónico tendo em conta o tripé económico, sociais e ambientais subentendendo as questões da sustentabilidade.

Evidenciar-se-á para a necessidade da assumpção dos compromissos de todos os sectores da sociedade civil, de corresponder às exigências presentes sem comprometer a satisfação das necessidades futuras, desafiando as configurações a uma nova ordem social, económica e ambiental, com reforço aos valores de coesão social.

Esta investigação focaliza-se no arquipélago da Região Autónoma dos Açores, por ser uma região que tem vindo a consolidar uma estratégia de política social com acções muito importantes no âmbito da economia solidária, na luta contra a pobreza e exclusão social que têm vindo a ser assumidas por organizações privadas sem fins lucrativos, com projectos de intervenção como forma de enfrentar os desafios e tendências das sociedades actuais. As organizações que enquadraremos têm a particularidade de muitas assumirem e outras tenderem a assumir os princípios de uma economia de base solidária.

1.2. METODOLOGIA ADOPTADA

A metodologia adoptada na presente investigação resulta da convergência entre métodos e técnicas quantitativas e qualitativas, sendo que este cruzamento revelou ser útil para os diferentes tipos de informação, possibilitando, uma complementaridade constante em relação aos dados recolhidos. Indicam-se cinco fases distintas. Na primeira fase procedeu-se à revisão bibliográfica que incidiu sobre as perspectivas teóricas dos três conceitos, o que permitiu encontrar o “Estado da Arte” sobre o tema e definir o objectivo central da investigação de forma a analisar as questões empíricas em relação ao nosso objecto de estudo e constituir a selecção das variáveis. A terceira fase consistiu na estruturação e lançamento do questionário dirigido à gestão de topo das entidades seleccionadas. A quarta fase, que se consubstanciou no tratamento dos dados obtidos através da análise da estatística descritiva, designadamente, análise de dados de frequência. E a quinta fase com a apresentação de conclusões.

1.3. RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Como forma de dar maior sustentabilidade às informações recolhidas através dos métodos quantitativos, foram efectuadas várias entrevistas exploratórias de modo a identificar as dinâmicas socioeconómicas das organizações seleccionadas. Aplicando a metodologia de análise aos resultados permitiu caracterizar de uma forma geral, as empresas de Economia Solidária da Região Autónoma dos Açores, na forma de estabelecer relações virtuosas com as outras empresas.

Através da observação participante, também foi possível recolher informação de forma a complementar a recolha de informação com base na aplicação de outros métodos e de captar *in loco* as práticas dos actores sociais e económicos em estudo. Este método obedeceu, basicamente, a deslocações às organizações e à aplicação do conhecimento adquirido ao longo dos 15 anos, de actividade profissional na área do desenvolvimento local, na Região Autónoma dos Açores.

Em termos de caracterização, salienta-se que todas as organizações são equiparadas, no seu enquadramento jurídico, a instituições particulares de solidariedade social. A maioria é cooperante na Cooperativa Regional de Economia Solidária denominada CRESAÇOR, enquanto que um outro grupo pondera incutir no seu modelo de gestão os princípios da Economia Solidária.

As hipóteses, instrumentos de trabalho que colocaram em interacção a teoria e a verificação empírica, constituiu um guia de trabalho, dando a esta pesquisa uma orientação e, paralelamente, orientando a recolha de dados.

Pode-se afirmar que as hipóteses formuladas foram confirmadas. Significa que é importante para as organizações privadas sem fins lucrativos (Terceiro Sector ou ONG) que têm os princípios de economia solidária constituírem uma relação virtuosa entre as suas práticas e as práticas da RSE do sector privado com o objectivo de concertar mais esforços para a construção do desenvolvimento sustentável. E a segunda hipótese formulada visou perceber o grau de importância atribuída pelas organizações de economia solidária face à mais valia dos esforços no estabelecimento das parcerias com as empresas privada através da prática da RSE.

1.4. REFERÊNCIA ÀS DIFICULDADES, OBSTÁCULOS E LIMITAÇÕES

É necessário referir, que a investigação tem várias limitações. A primeira carece de um aprofundamento sobre a avaliação do desempenho das organizações de Economia Solidária no que se refere aos seus princípios. Uma segunda limitação, que desperta para uma análise pormenorizada em relação à extensão do conceito da Responsabilidade Social das empresas/ organizações neste universo. A última limitação remete, para o facto, de não existirem dados estatísticos sistematizados sobre as empresas de Economia Solidária da Região que permitisse fazer análises e comparação de dados, em relação aos resultados das parcerias entre os diferentes sectores privados/públicos e terceiro Sector.

1.5. CONTRIBUIÇÕES

A realização deste estudo teve como contributo a condensação de informação sobre o sector da Economia Solidária no arquipélago dos Açores, investigando qual a relação desejável de parcerias entre dois tipos de organizações, do sector privado e do terceiro sector. Esta reflexão contribuirá para a sistematização de práticas entre os conceitos promovendo o acesso à informação para futuras investigações nesta área e neste sector de actividade.

1.6. FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Este estudo pretende ser o ponto de partida para novas investigações, abrindo caminho a uma área pouco inexplorada ou abordada, dando-lhe uma, de entre uma multiplicidade de perspectivas, que poderão ser exploradas em futuras investigações e servir de estímulo ao empreendedorismo e à inovação social, desde logo, por exemplo, o alargamento do estudo à região da Macaronésia, elaborar um estudo de caso, entre duas organizações pertencentes aos diferentes universos do sector privado e do terceiro sector procurando o enfoque às questões do marketing social na RSE e a perspectiva dos interesses nas parcerias em contextos de gestão diferentes.

1.7. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta investigação está dividida em quatro capítulos. O primeiro, a introdução à investigação com a apresentação do tema, dos objectivos, das hipóteses formuladas e as principais variáveis a estudar, a metodologia, os resultados, as dificuldades, obstáculos e limitações, as contribuições e as futuras investigações. O segundo capítulo prende-se com a revisão e tratamento da literatura elaborados após um recenseamento bibliográfico sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, de economia solidária e de responsabilidade social das empresas, o seu enquadrando, evolução histórica e conceptual. Neste capítulo também se procede à análise da transversalidade dos conceitos de economia solidária e de responsabilidade social e os seus contributos para a promoção do desenvolvimento sustentável. O terceiro capítulo caracteriza a Região Autónoma dos Açores enquanto universo de análise. Descrevem-se as hipóteses testadas, define-se a metodologia e apresentam-se as fases envolvidas, passando pela selecção da amostra, neste caso o universo, como pela elaboração e lançamento do questionário e respectivo tratamento e análise de dados. E, finalmente, a confirmação ou não das hipóteses formuladas. No quarto e último capítulo são apresentadas as conclusões da investigação.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

2. 1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os acontecimentos com expressão mundial acontecem perante as graves questões ambientais que afectam o Mundo, a sociedade, em geral e as empresas, em particular, tendo sido alertadas para a urgência de agir, global e localmente. Além disso, exaltando uma maior contribuição possível ao bem-estar da nação como um todo. (Duarte, 1996).

O desenvolvimento sustentável é um tema tão complexo e necessário ao Mundo igualmente complexo e instável, que é extremamente relevante convocar todos os actores sociais envolvidos a estabelecer novos padrões de desenvolvimento para o planeta, instituindo modelos sustentáveis.

2.1.1. ENQUADRAMENTO DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO À LUZ DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O enquadramento histórico deste conceito inicia-se com os primeiros debates mundiais sobre as ameaças ao ambiente, onde predominam preocupações como a sustentabilidade do planeta, estimulada por um crescimento industrial nos países desenvolvidos, sem qualquer preocupação com o bem-estar das gerações futuras. Estes comportamentos despertaram para a consciência do sentido do dever cívico, na colaboração e auxílio em acções sociais na comunidade, impulsionando uma nova filosofia de gestão do mundo empresarial.

Adam Smith foi um dos primeiros economistas a inquietar-se com “a natureza e a causa da riqueza das nações”, formulando, na sua obra, o que se pode considerar o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento. Vários foram os autores que, na sequência, de Adam Smith, propuseram-se a entender as causas e as perspectivas do progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial. Realce-se a teoria do bem-estar, desenvolvida ao longo da primeira metade do século XX, para a qual contribuíram, autores como Pigou, John Hicks, Lionel Robbins, Vilfredo Pareto e, o próprio Alfred Marshall.

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa influenciaram as sociedades industriais e marcaram profundamente o conceito de desenvolvimento. Nas ciências sociais, é perceptível, para Roque Amaro, a referência às abordagens de “mudança” nos autores como Max Weber, W. Sombart ou Talcott Parsons, entre vários, referenciados no conceito de Economia do Desenvolvimento.

O conceito de “desenvolvimento” surge a partir da obra de Rostow, reassumindo o darwinismo social que se baseia na ideia de sucessão evolutiva de estágios, onde tal qual na natureza, as sociedades humanas evoluíam de formas inferiores para superiores.

O modelo de sociedade rudimentar culmina com o modelo da civilização ocidental industrializada de consumo, considerada singular e universal. O conceito de “Desenvolvimento” sempre apreendeu como referência, para a sua formulação e conteúdo, a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, nas sociedades industriais, entendendo-se como boas práticas as suas evoluções, a caminho de uma sociedade de abundância, durante os cerca de 200 anos que tinham decorrido entre os finais do século XVIII (início da Revolução Industrial) e a IIª Guerra Mundial.

A análise das raízes históricas e a dinâmica própria do processo de mundialização colocou em evidência a importância da articulação entre as esferas económicas e políticas na sua génese.

O capitalismo internacional nasceu da marginalização do poder estatal na Europa Medieval. O activismo dos mercadores segundo Adda (1997), estava na origem da grande abertura planetária dos séculos XV e XVI, e que não podia deixar indiferentes os Estados-nação pois estavam em fase de pleno desenvolvimento.

No fim do século XIX assistiu-se ao apogeu de uma economia ainda não mundializada mas fortemente internacionalizada, em que as rivalidades intersectam com as consequências dos capitalismos nacionais, provocando simultaneamente a sujeição das regiões periféricas dos corpos sociais das nações centrais. A partir de IIª Guerra Mundial, as teorias de desenvolvimento dos anos 50 e 60, centralizavam-se na confiança de que o **crescimento económico era ilimitado** e converteram a cooperação para o desenvolvimento um instrumento dependente das estratégias económicas. Os motores de crescimento das economias basearam-se na predominância das teorias da modernização e do crescimento económico com a acumulação de capital, associado ao Estado a função fundamental de agente líder e investidor, corrente de pensamento associada à teoria *keynesiana*.

O Estado Providência keynesiano surge como uma tentativa de conciliar a dinâmica da acumulação capitalista e a preservação de um conjunto de regras e de convenções que protegem o corpo social dos seus efeitos mais nefastos. Ao mesmo tempo, que o associam ao benefício do crescimento que decorre. A economia mundializada que se instaurou em meados dos anos 60 tendeu em contrapartida, segundo Adda, a romper os quadros nacionais de regulação e colocar a descoberto a ausência ou a fraqueza de instâncias de regulação supranacionais. Instabilidade e exclusão são o resultado da integração sem regulação, da retaliação dos mercados sobre os Estados, que marcam o fim da era *keynesiana*.

Segundo, o Milando (2005), o conceito de desenvolvimento emergiu nos anos 50, quando as acções de emancipação social e económica do chamado terceiro mundo conquistaram a sua legitimidade como matéria escolar entre os cientistas sociais através da formulação das teorias da modernização. Entre o final dos anos 60 e princípios dos anos 70, as teorias da dependência e do sistema mundo surgiram como alternativa às teorias da modernização. Nos anos 80 convergiram todas as teorias de desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Para Milando, não existe um único conceito teórico ou operacional para o desenvolvimento cujos contornos sejam claros. O desenvolvimento representa consistências diferentes para pessoas diferentes e está coberto de referências ideológicas, que se manifestam sob forma de fé, de ciência ou das duas maneiras em simultâneo. Representando, uma grande variedade de teorias específicas, relacionadas com a mudança social e fundadas a partir de uma visão eurocêntrica das sociedades humanas.

O “eco desenvolvimento”, conceito lançado por Maurice Strong em Junho de 1973, baseou-se num estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo assente na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o depauperamento da natureza. Com a Declaração de Cocoyoc no México em 1974, também as cidades do Terceiro Mundo passam a ser consideradas o eco desenvolvimento.

A emergência de uma **consciência ambiental** sobre os problemas do desenvolvimento é tornada visível a partir da Conferência organizada pelas Nações Unidas em 1972, em Estocolmo, e da publicação, no mesmo ano, do estudo do Clube de Roma intitulado *Limits to Growth*, em que se toma consciência dos enormes **custos ambientais** dos modelos de desenvolvimento dominantes.

No final desta década, as preocupações das ONG (Organizações Não Governamentais), igrejas e outros movimentos da sociedade civil, relativamente ao aumento das desigualdades e aumento da pobreza, passam a ser traduzida nos Relatórios do Banco Mundial, editados desde 1978, destacando-se um conjunto de indicadores de desenvolvimento, como o consumo de energia *per capita* ou a produção alimentar *per capita* próximo do indicador de PNB (Produto Nacional Bruto). Por outro lado, o fenómeno da globalização e as correntes neo-liberais defendem o crescimento económico e a sua expansão como uma das receitas para o desenvolvimento e luta contra a pobreza. Contudo, as realidades são bem mais complexas e as receitas não tiveram o sucesso esperado. As desigualdades agudizaram-se e os métodos do FMI (Fundo Monetário Internacional) foram largamente criticados.

Na década de 80, registou-se um aumento da complexidade dos indicadores, prevenindo para o facto de que a pobreza é uma realidade multi-dimensional. As organizações não governamentais (ONG) emergiram em maior número revelando maior rapidez e eficácia na prestação de Ajuda Humanitária. Nos anos 90, em consequência do fim da Guerra Fria, verificou-se a necessidade de redefinir formas de actuação e perspectivas de intervenção e acção política. Surgiram novas áreas para a cooperação: a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a diplomacia preventiva; a reabilitação pós conflito e os processos de reconciliação, os refugiados e as migrações, entre outros.

Com a criação do índice de desenvolvimento humano (IDH), permitiu medir não só o crescimento económico, mas sobretudo os benefícios do crescimento, a diversos níveis. Parte-se do princípio de que, a riqueza das nações são as pessoas e que o objectivo fundamental do desenvolvimento é proporcionar-lhes condições de vida saudáveis no pleno desenvolvimento das suas capacidades.

O lançamento da discussão sobre a construção de uma sociedade global no séc. XXI, mais justa, sustentável e pacífica foi abordado no documento elaborado em 1987, pela Comissão Europeia das Nações Unidas, intitulado *A Carta da Terra*¹. *A Carta da Terra* foi lançada oficialmente em Junho de 2000, no Palácio da Paz, em Haia e estreia-se um estabelecimento de base ética sólida numa sociedade global emergente, no auxílio da estruturação de um Mundo Sustentável, baseado no respeito à natureza, nos direitos humanos universais, na

¹ A Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento fez um chamado para a criação de uma nova carta que estabelecesse os princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável. É o resultado de uma série de debates realizados em todo o mundo por mais de uma década. Resultando num tratado dos povos que estabelece importantes expressão das esperanças e aspirações da sociedade civil global emergente.

justiça económica e na cultura de paz. Caracterizando um desafio à *ética global para uma sociedade global*. É um documento inspirador por todos os povos com um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral.

No mesmo ano, o *forum* Económico Mundial, (ONU), incitou às empresas de todo o mundo, para que na gestão dos seus negócios, executassem dez princípios universais nas áreas dos direitos humanos, das relações laborais, do meio ambiente e do combate à corrupção, denominado por **Pacto Global**. Os princípios do Pacto Global relacionam-se com os objectivos do Milénio e ao incorporá-los na gestão empresarial, as empresas estão a contribuir para a compreensão desses Objectivos.

A Cimeira de Lisboa, em Março de 2000, também se constituiu como um marco histórico, em que os Chefes de Estado e dos Governos dos Estados-Membros da União Europeia, assumiram o objectivo estratégico de tornar a Europa comunitária, no espaço mais competitivo do mundo, promovendo mais e melhores empregos e mais coesão social, baseado na economia do conhecimento. Assumindo-se o compromisso de produzir um impacte decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social, consagrando-se novas perspectivas de cidadania alargada e aprofundada na realização das prioridades ao desenvolvimento sustentável no espaço da Comunidade Europeia. A relevância mundial para esta questão repete-se com a realização da Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável ou Cimeira do Rio, no ano de 2002. Um dos objectivos passou por realizar o balanço dos dez anos que sucederam desde a Conferência da Terra, em 1992, e desenvolver mecanismos para a materialização dos objectivos fixados na Cimeira do Milénio, de 2000. Em 2004, deu-se a apresentação do relatório final do *forum* europeu *Multistakers* para a RSE (Responsabilidade Social das Empresas), com a incumbência de desenvolver a reflexão e o diálogo sobre a RSE com todo os *stakeholders*, com o objectivo de visar e prosperar para "a inovação, a transparência, a convergência das práticas e dos instrumentos de RSE". (Comissão Europeia, 2004:2)

As recomendações que surgiram apelaram à maior compreensão e integração da RSE; à mobilização de organizações no apoio na implementação da RSE; à promoção das condições adequadas para o desenvolvimento da RSE; ao fomento do diálogo com as partes interessadas; à análise do papel das autoridades públicas – Europeias, nacionais, locais, na promoção e apoio à RSE.

Face às dificuldades reveladas pela conjuntura económica comunitária e internacional e, no início do ano de 2006 procedeu-se à revisão das metas fixadas na Estratégia de Lisboa.

Centralizando a importância do crescimento económico e do emprego, reforçando as dimensões da sua governação e propondo maior simplificação e transparência de procedimentos. Este processo de racionalização propôs um conjunto de novos *Objectivos Comuns*, adoptados no Conselho Europeu da Primavera de 2006, em matéria de *protecção e inclusão sociais*. No mesmo ano é apresentado o *Roadmap - Roteiro Europeu para a Empresa cooperando para o movimento europeu de RSE: Intitulado Rumo a uma Empresa Sustentável e Competitiva*, para que “ (...) apoiem activamente as empresas nos seus esforços para se tornarem sustentáveis e competitivas.” (Somo, 2004:9) Em Outubro de 2006, realiza-se o Conselho Mundial Empresarial, para discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável, *World Business Council for Sustainable Development (WBCD)* em Nova Iorque, cujo espírito forte transmitido foi o de que “ não há negócios com êxitos em sociedades fracassadas”, endereçando novamente à discussão da interligação dos resultados financeiros com a apreensão social e a questão do meio ambiente, ou seja, no ecossistema que nos desenvolvemos.

No ano de 2007, a declaração de Genebra: O *Global Compact Leaders Summit*, em 2007, declaração de Genebra, enalteceu a importância do desenvolvimento dos mercados sustentáveis, do combate à corrupção, da defesa dos direitos humanos e da protecção do meio ambiente, que têm resultado em novos níveis de parceria e de abertura entre Empresas, Sociedade Civil, Trabalhadores, Governos, Nações Unidas e outras partes interessadas.

“ (...) É fundamental agir com urgência”. “Enfrentamos inúmeros desafios nessa tarefa e os problemas são sistémicos, o que significa que estão intimamente interligados e são interdependentes. Não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentada que é característica das disciplinas académicas e dos organismos governamentais”. (CAPRA, 1982: 23)

2.2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.2.1. ENQUADRAMENTO DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO À LUZ DO CONCEITO DE ECONOMIA SOCIAL

Para compreender as referências conceptuais das várias correntes dos autores da Economia Solidária é importante perceber a evolução do conceito de Economia Social num contexto de emergência da filosofia da ES (Economia Solidária) intimamente ligada, à problemática da exclusão social crescente, num contexto actual de crise do Estado Providência.

A Economia Social prosperou, no século XIX, na Europa e surgiu com acções organizativas na defesa e na satisfação das necessidades básicas inerentes às novas condições sociais, sobretudo dos problemas de desemprego e exclusão social, na sequência das questões sociais provocadas pela Revolução Industrial e pelo Capitalismo Industrial. De tradição europeia, sobretudo francófona, o conceito secular de Economia Social e recentemente de Economia Solidária, demarca-se pelo seu posicionamento na dinâmica do processo de reconhecimento e institucionalização das práticas e do relacionamento face aos poderes públicos. Distinguindo-se para um maior alcance heurístico na análise da pluralidade de formas de governação. O conjunto de actividades designado então por *Economia Social* surge numa época onde principiam as primeiras teorizações da Economia Social, por oposição a uma economia política dominante e ideologicamente justificativa do crescente liberalismo individual fomentador da crença de que o crescimento económico seria, por si, condição e sinónimo de bem-estar. As origens da cooperação, enquanto movimento para a modificação e melhoria das condições económicas e sociais de sectores menos desenvolvidos da sociedade são registadas, na primeira metade do século XIX, na filosofia de Robert Owen².

Segundo Armando Lisboa, desde as últimas décadas do século XIX, concomitantemente à afirmação do liberalismo económico e político na organização da sociedade e regulação da Economia Social deu-se início à discussão do espaço intermédio associado à ocorrência de práticas socioeconómicas e coexistentes com os modos de regulação próprios ao estado e ao mercado é identificado por uma pluralidade de expressões como terceiro sector, Economia Solidária e Economia Social, entre outras.

² A primeira cooperativa nasceu na Inglaterra, em 1844, onde foi criada uma loja cooperativa por iniciativa dos tecelões desempregados de Toad Lane, em Rochdale. O grupo ficou conhecido como Equitable Pioneers of Rochdale e o seu objectivo era fornecer, a preços justos, produtos de consumo aos trabalhadores. Os Pioneiros de Rochdale entendiam as cooperativas como um primeiro passo para atingir maiores objectivos, nomeadamente uma sociedade socialista baseada na democracia económica. Rochdale serviu de modelo para muitas outras cooperativas em Inglaterra, nos Estados Unidos da América e na Europa.

A economia política contagiou de optimismo os empreendedores industriais, que se converteram em pregadores de uma nova religião baseada na fé cega no mercado e no carácter inexorável do progresso: “a principal correia de transmissão da Revolução Industrial não era a invenção técnica, mas **a invenção social**.”

Armando Lisboa, argumenta que segundo Polanyi, a descoberta desta nova ciência, das leis que governam uma economia de mercado, apresentadas sob a autoridade da própria natureza “a sociedade económica estava sujeita a leis que não eram leis humanas” o que marcaria o nascimento de uma nova consciência, bem como, a constituição da base que conduziria a acções das políticas estatais”. Polanyi explicitamente formulou que uma reestruturação do paradigma económico supõe uma mutação radical nas motivações humanas (uma “reforma da consciência humana”); “ (...) o conhecimento da sociedade constitui a consciência do homem moderno (...) ”. Para Polanyi, constitui-se num suporte imprescindível para enfrentar e superar o economicismo e os graves desafios contemporâneos da nossa civilização, proporcionando *insights* e pistas de caminhos seguros que nos ajudam a construir o tão almejado pensamento complexo sem cair nos modismos pós-modernos ou no fácil irracionalismo tão abundantes hoje.

“Não existe um consenso sobre a definição de ES (Economia Solidária), mas antes vários autores com visões diferentes. Alguns autores assumem a palavra solidariedade por oposição ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento económico dominante nas sociedades capitalistas”. Rogério Roque Amaro (2001) defende que durante muito tempo, as relações entre a economia e a sociedade foram assumidas essencialmente como de causalidade linear, automática e virtuosa, o que para o autor, significa que a economia era considerada como a dimensão determinante da vida em sociedade, garantindo efeitos sociais positivos, a partir de evolução económica positiva. E o crescimento económico deriva da condição necessária e suficiente do desenvolvimento. Para Roque Amaro, a pobreza assume factor residual num processo normal de crescimento económico, a eficiência económica do mercado tornará dispensável a solidariedade de natureza social que teria uma presença secundária na sociedade. A pobreza já não é encarada como apenas uma privação ou insuficiência de rendimentos ou de bens materiais, mas como um resultado da falta de acesso a recursos para a realização de bem-estar comum, encarado este como uma concepção multidimensional. O autor defende que, a Economia Social é revestida de uma pluralidade ideológica nas leituras críticas e dirigidas à ortodoxia liberal de então.

Na tradição **socialista**, as propostas vão na defesa das cooperativas de produtores à utopia do comunitarismo de R. Owen e outros. A tradição liberal, defendendo sobretudo a liberdade económica e rejeitando a ingerência do Estado, valoriza e influencia as cooperativas de crédito e as associações sob o conceito de auto-ajuda ou ajuda mútua. Da tradição católica provém a defesa de corpos intermédios entre o indivíduo e o Estado, desenvolvida sob o conceito de subsidiariedade patente na encíclica *Revum Novarum*. Da tradição **solidarista** defende-se a cooperação no âmbito da obrigação moral da solidariedade. Esta nova Economia Solidária, no sentido autêntico do termo, Roque Amaro argumenta que há um retorno de características de tradição de luta do movimento operário contra a pobreza, onde se desenrolam práticas socioeconómicas reivindicativas, iniciadas e oriundas por segmentos da sociedade civil, tratando-se de iniciativas ligadas à promoção do interesse colectivo e da ajuda mútua.

É durante o Estado Novo (1926 - 1974), que o modelo corporativo beneficiou o domínio das principais empresas por um número restrito de famílias, tendo resultado iniciativas a favor dos empregados considerados socialmente avançados para a época, embora em alguns casos, de carácter paternalista. Num estudo do CEOA (2004), este equilíbrio dinástico quebrou-se após a Revolução de 1974, com fenómenos das nacionalizações e a instalação de uma Economia Social.

Para Roque Amaro, a realidade de uma ES posiciona-se num contexto de falência dos mecanismos de regulação político-económico da Sociedade cujas conexões estão organizadas no movimento de economia social e os poderes públicos se modificaram na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. As consequências sociais da Crise de 1929-1932, com a falência de empresas, aumento do desemprego e da miséria e a 2ª Guerra Mundial que, com os seus efeitos devastadores contribuíram fortemente para a emergência de um Estado Social responsável pelo bem-estar dos seus cidadãos em que são delineados os primeiros contornos do Estado Social, vindo a consolidar-se após a 2ª Guerra Mundial.

Com o primeiro choque petrolífero, a crise económica e o acréscimo do desemprego foram contributos para o surgimento de diversas formas de combate à crise, com modalidades, diferentes nos vários Países, como é exemplo a Grã-Bretanha, com actividades sociais que foram retomadas pelo sector privado devido à política de redução das despesas públicas conduzida por Margaret Thatcher. Em Espanha, as restrições orçamentais conduziram as colectividades a privatizar parte dos serviços sociais.

Em França registam-se, novos movimentos de solidariedade económica, em resposta à instabilidade do modelo hegemónico neoliberal fomentado pelo forte movimento pelo desenvolvimento e pela globalização. No Reino Unido, existiu um desencadeamento mediante a afinidade entre a acção caritativa e a cidadania sob a qual a caridade constituiria uma forma de regulação social através do estabelecimento de objectivos morais e de compromisso voluntário altruísta. Em França desenvolveu-se o igualitarismo republicano e pelo novo sentido da solidariedade adquirido sob o ideal da Revolução Francesa. No Brasil, esta forma de economia nasceu nos anos 90, com casos isolados nos anos 80, surgindo na sequência de uma profunda crise social no país, relacionada a um conjunto de razões e condicionalismos, como a abertura do mercado no âmbito da globalização, onde proporcionou as condições para a emergência e consolidação deste novo conceito de Economia Solidária. Em Portugal, a tradição de intervenção social remota ao século XV, quando foram fundadas as Misericórdias, muito ligadas à Igreja Católica.

Os movimentos dos princípios da Economia Solidária têm diferentes denominações: “inserção económica”; “*régies de quartier*”; as associações intermediárias; e os centros de adaptação à vida activa, como são exemplo em França. Na Bélgica, foram denominadas, correlativamente, como Empresas de Formação para o Trabalho, Empresas de Aprendizagem Profissional, Acções Integradas de Desenvolvimento. Na Alemanha, são definidas como Sociedades de Inserção e Qualificação (BQC) e como Sociedades de Ajuda ao Trabalho, ao Emprego e ao Desenvolvimento Estrutural (ABS), nas regiões de Leste. Na Grã-Bretanha, sobretudo na Escócia, englobam-se no movimento das empresas comunitárias (*Community Business*).

Jordi Estivill (2003), chama a atenção para a possibilidade da existência legítima da existência das Sociedades com Finalidades Sociais, referindo-se à Península Ibérica, onde surgem as Empresas de Inserção, Associações para a Inserção, Ateliers Especiais de Emprego, etc., e em Portugal agrupam-se no denominado Mercado Social de Emprego. Na Suécia e na Itália (Mauri, Rotelli, 1994; CECOP, 1995; Leonardis, 1998; e CGM, 1997) as Cooperativas Sociais têm uma grande importância, existindo na Itália, desde a aplicação da Lei de 1991, uma distinção entre as cooperativas de tipo A e tipo B. Para este autor, esta distinção é relevante porque marca uma diferença entre as empresas sociais finalistas, onde as pessoas se integram de forma permanente, e as que desempenham um papel de transição, dado que a sua finalidade é a da sua incorporação no mercado de trabalho ordinário (França, Alemanha, Áustria, Flandres).

Numa investigação comparada (Bernier, Estivill, Valadou, 1997), Estilvill (2003), levada a cabo em seis países, Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França e Itália, comprovou-se que nos últimos dez anos, este tipo de empresas tinha sido capaz de criar 300.000 postos de trabalho, incorporando nesses lugares pessoas em situação de precariedade e incapacidade física, psíquica e social.

O conceito de ES identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica actual que extravasa novas formas de solidariedade, constituindo ferramentas na luta contra a pobreza e a exclusão social. São práticas de iniciativas que articulam o desenvolvimento económico e social, associadas aos mais diversificados domínios em interacção com a coesão social, a sustentabilidade ambiental e a promoção cultural que articulam para a promoção do desenvolvimento sustentável. Este conceito centraliza a problematização de novas práticas organizativas a partir de um quadro de referência, onde exista a reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente dos trabalhos de Karl Polanyi e de F. Braudel.

Na obra de referência de Polanyi *A Grande Transformação* (1944/1980), o autor demonstra que até o final do século XVIII encontramos em todas as sociedades o sistema económico imerso no sistema social. Assim, anteriormente à nossa época nenhuma economia era controlada por mercados. Embora a instituição mercados estivesse sempre presente na história humana, “seu papel era apenas incidental na vida económica”. (Polanyi, 1980:59)

“Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social”. Polanyi sustenta que a grande transformação que conhecem as economias ocidentais nos anos 30 reside na reimbrincação da economia no social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado Providência, hoje em crise.

Segundo Gallimard (1983), a obra *A Grande Transformação* introduzida pela modernidade parece-lhe residir muito mais no processo de autonomização do mercado em relação aos outros princípios do comportamento económico, como a “administração doméstica”, a “redistribuição” e a “reciprocidade”. A herança desta reflexão é identificada na crítica à utopia do mercado auto-regulado e de uma sociedade fundada na conformidade do auto-interesse, isto é, conforme os interesses individuais.

A Economia Solidária coloca, deste modo, a economia de um ponto de vista substantivo, identificando-se à crítica económica de *Polanyi* e à crítica ao utilitarismo desenvolvida nas ciências sociais pelo movimento da Escola de MAUSS. Actualmente, uma das principais linhas da reflexão que procura reconstruir o paradigma económico consiste no esforço por redefinir riqueza e progresso, o qual resulta na construção de novos indicadores. Segundo Armando Lisboa, a contribuição de KP (Karl Polanyi) permite fundamentar uma nova visão sobre a riqueza e sobre a economia, recuperando a antiga ideia da Economia enquanto ciência da riqueza social, e da reprodução social. Polanyi rompeu com a crença da economia como infra-estrutura, demonstrando que é justamente este credo que permitiu o desenvolvimento do capitalismo (Latour, 1999). Na Inglaterra de finais do século XVIII inicia-se a Revolução Industrial, surgindo a utopia económica capaz de reduzir todos os elementos da produção ao estado de mercadorias. Genericamente, poderá dizer-se, que o processo de reconhecimento e institucionalização conduziu à retracção da acção associativa do seu aspecto original ligado à mobilização e transformação social associado à articulação entre o político e o económico, adaptando-a às mudanças ocorridas na intervenção pública conforme os Estados em que tais organizações estão inseridas. É exemplo, a Itália, com a lei de 1991, que consolidou a existência de uma das inovações da Economia Solidária, as cooperativas de solidariedade social, bem como seu agrupamento em estruturas de segundo nível: os consórcios. Estas novas formas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, segundo França e Dzimiria (2000), fazem alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstractas às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo carácter comunitário. Neste sentido, defendem os autores que estamos diante de um fenómeno efectivamente inédito, pois estas experiências não parecem orientar-se segundo o registo de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma sociedade comunitária (Weber), ou ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De facto, se um tipo de dinâmica comunitária marca estas experiências, sua expressão não parece identificar-se ao registo de um comunitarismo herdado, como consideram A. Caillé e J-L.Lavill “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência colectiva societária (Weber)”.

Para França e Dzimira (2000) é importante ressaltar que este campo da Economia Solidária circunscreve um universo específico de experiências neste domínio das novas formas de solidariedade a um bem comum do que imposto pelo costume. Além disso, o carácter inédito destas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma tal dinâmica comunitária no seio de uma sociedade onde as relações relevam primeiro de uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou da *Gesellschaft* (sociedade), princípio societário (Tönnies), ou ainda da socialidade. O carácter original deste tipo organizacional é posicionado numa encruzilhada de lógicas diversas, segundo os autores, que argumentam que o poder não se constrói sob a apreensão do capital, em oposição à lógica de uma empresa convencional, que desenvolve trocas comerciais. As empresas sociais têm como objectivo o interesse particular da parte dos poderes públicos na Europa, que contemplam nessas experiências formas privilegiadas de potencialização de algumas políticas sociais. Muitos são objectos de parcerias importantes com os poderes públicos. Os fenómenos da inclusão social têm implicações éticas, políticas e económicas, porque segundo Amaro, uma sociedade que se encontre submersa no desassossego, mal-estar, insegurança é uma sociedade em que a estabilidade democrática está comprometida. Se a própria sociedade não tem por pilar o bem-estar social, então as razões para alcançar o desenvolvimento sustentável deixam de fazer sentido. Sustenta que são através de actividades e organizações de economia solidária, com princípios de “interesse comum”, e utilização de modelos democráticos de decisão, no primado das pessoas e trabalho sobre os lucros e autonomia face ao Estado, deverão continuarem a motivar a multiplicação destas iniciativas, no contexto da panóplia dos problemas sociais e económicos incita à crise do paradigma vigente do modelo económico, social e ambiental, provocando a discussão de novos conceitos que incitam ao princípio da cooperação e da solidariedade face ao paradigma neoliberal³. O autor defende que o princípio da solidariedade impulsiona a intermediação e uma resolução entre a provocação ao individualismo e o estatismo. A solidariedade reveste o sentido de uma co-responsabilização entre homens para com a humanidade e da transmissão de um legado de uma geração para outra.

³ Ora, uma análise crítica da crise do Estado nas sociedades contemporâneas não pode bastar-se a reconhecer os fundamentos mais aparentes dessa crise, designadamente o da inviabilidade financeira do Estado-providência por força do crescimento desmesurado das despesas públicas. O fundamento principal da crise não é de ordem financeira, mas sim de ordem político-cultural e tem a ver com a incapacidade de o modelo de solidariedade orgânica instituído envolver todos os cidadãos na resolução dos problemas sociais. Isto significa que, no plano teórico, às preocupações da sociologia crítica da sociedade salarial centradas na reprodução das desigualdades e da injustiça social, designadamente, pelo sistema escolar, se junta agora a crítica dos efeitos homogeneizadores e individualizadores da intervenção do Estado Providência.

2.2.2. AS CORRENTES DE PENSAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A definição de Economia Solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica actual à volta das novas formas de solidariedade. Das práticas desenvolvidas e das respostas concretizadas, alargam-se as conquistas. O grande desafio destas organizações, para Filho (2003), coloca por um lado, a forma de preservação do seu funcionamento democrático, face aos riscos de instrumentalização institucional e por outro, a seu grau de autonomia que permite distingui-la de uma empresa pública, que beneficia, na maioria dos casos, de subsídios dos poderes públicos. De forma sucinta apresenta-se as principais correntes de pensamento da Economia Solidária que decorrem em vários Continentes, com uma vasta densidade teórica.

A **Corrente Europeia**⁴, de base francófona estende-se também ao Quebeque – Canadá – onde existe uma teoria e prática de renovação dos processos de ES, que a afirma como a promoção da Solidariedade Social e da Democracia, como valores a não perder e a revitalização do Modelo Social Europeu. Economia com forma de reacção e resistência à desactivação do Estado-providência e *Welfare State* nas sociedades europeias e que seriam retomados e defendidos pela Sociedade Civil, a favor dos mais desfavorecidos, em parceria com o Estado.

A **Corrente Ibero-americana**, Brasil, Colômbia, Argentina, Uruguai, Chile, México, valoriza a solidariedade entre os mais pobres, a partir das suas vivências comunitárias e de sobrevivência comunitária em condições extremamente precárias, segundo processos informais de entreajuda e apoio vincadamente comunitários. É assumido, que a mobilização da solidariedade comunitária de base da consciência e afirmação mais organizada, através dos novos movimentos sociais, das novas respostas sindicais, dos apoios das comunidades eclesiais de base e de novas investigações universitárias conectadas com estas novas áreas e experiências.

⁴ Suécia, Itália, Inglaterra, França, Finlândia, Suécia, Itália, Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Irlanda, Alemanha, Áustria, Dinamarca, Bélgica; Grécia, Luxemburgo.

Por último, a **Corrente** que se está a afirmar na **Macaronésia**⁵, que congrega as regiões de três países: Portugal, Espanha e Cabo Verde, que tende assumir o conceito de forma mais ampla, afirmando como uma economia multidimensional, integrada e de reencontro com a Vida. A Economia Solidária porque é entendida de uma forma sistémica (com a vida) e não apenas social (com os seres humanos). Uma economia que constitui uma ferramenta na luta contra a pobreza e a exclusão social face aos problemas das desigualdades sociais e às novas situações de pobreza exclusão social face à tendência economicista dominante na globalização e a força do neo-liberalismo, à crise dos Estados providencia e dos sistemas de **Welfare Stat**⁶ e a perda da soberania e de eficiência política dos Estados – nação, à insuficiência e as hesitações de uma regulação supranacional e à ausência de uma regulação de um compromisso mundial/governança mundial.

2.2.2.1. QUADRO TEÓRICO DAS PRINCIPAIS CORRENTES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A corrente europeia de base francófona, Jean-Louis Laville (1999), define a Economia Solidária como um conjunto de actividades que contribuem para a democratização da economia, a partir de influências de cidadania. Considera, que a Economia Solidária apresenta-se como uma manifestação de acções colectivas dando início a novos modos de regulação, a nível internacional e a nível local, para completar regulações nacionais e combinado na criação de sinergias entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Para Jean-Louis, o desenvolvimento desta dimensão passa pelo reconhecimento de que é objecto por parte dos poderes públicos e coloca em evidência as relações entre políticas públicas e iniciativas de Economia Solidária. Esta visão da ES destaca-se, pela assumpção da dimensão política na acção do desenvolvimento das actividades económicas para a realização de objectivos sociais, e consequentemente para a afirmação de objectivos de cidadania, apoiando o alargamento da democracia social e das formas de regulação do sistema político, interligando-se ao modelo de desenvolvimento, de forma a entender as dinâmicas da sua

⁵ A Macaronésia é uma região biogeográfica, conjugando características geológicas com especificidades da fauna e principalmente da flora, com características comuns. '1- São ilhas oceânicas, de origem vulcânica, que nunca estiveram unidas ao continente. 2- Estão sob a influência dos ventos alísios de nordeste que sopram em direcção ao Equador. 3- E partilham os restos da flora subtropical que habitava a Europa durante o Terciário.

⁶ **Estado de bem-estar social** (em inglês: *Welfare State*), também conhecido como **Estado Providência**, é um tipo de organização política e económica que coloca o Estado (nação) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e económica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e protecção à população

institucionalização e reactualização de novas formas de participação nas respostas ao *welfare* e protecção social, do desenvolvimento económico-social, local, coesão social e demais articulações. Jean-Louis, alega, que a conceptualização da economia social é fundamental para identificar as principais formas jurídicas e institucionais, como sejam as cooperativas, as mutualidades, as associações e as fundações, cujas características são comuns entre as empresas e as organizações, cujos traços comuns assumem como definição de economia solidária.

“O objectivo de servir os membros com interesses comuns ou a comunidade, interesse geral e não obtenção de lucro, como também a autonomia de gestão, o controlo democrático pelos membros e a primazia das pessoas e aos objectos social sobre o capital na repartição dos excedentes”. (Laville, 1999)

Também argumenta que a visão europeia do conceito de economia solidária distancia-se da definida no terceiro sector e perfilhada a corrente norte americana, distanciando-se da definição da economia neoclássica e da teoria da escolha racional. Desta forma, a tradição europeia é caracterizada pela atenção dedicada à relação entre as dimensões sociopolíticas e socioeconómicas, pelo enfoque dinâmico e histórico e está especificamente implicado numa integração das organizações denominadas de economia social e não se limita às organizações sem fins lucrativos, mas abrangendo as cooperativas e as mutualidades. (Laville, 2004). Ainda segundo Laville, a noção de economia solidária traduz-se por um acréscimo de práticas socioeconómicas na Europa visando propor, a partir de iniciativas locais, serviços de um novo tipo, designado “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”.

Segundo Laville e Eme (2004), a origem de iniciativas locais são portadoras de um novo carácter de funcionamento e sua finalidade. As práticas e experiências articuladas permitiram a elaboração de um modo de compreendê-las, visando à apreensão da singularidade deste fenómeno. As empresas de mercado apropriaram-se da parte lucrativa da procura, deixando às associações o sector insolvente. Laville, França e Filhos, argumentam, que pela análise histórica, o ressurgimento da ES, nos anos 90 é uma resposta à crise do paradigma fordista e do bem-estar social, sendo um híbrido formado por actividades de mercado desenvolvidas por profissionais e actividades financiadas por subsídios estatais. Para estes autores, a ES não constitui uma nova forma de economia que viria a acrescentar-se às dominantes de economia mercantil e não mercantil, mas sim uma tentativa de articulação inédita entre economias numa conjuntura que esteja conferido serviços pelo terceiro sector.

Para Jordi Estivill (2003), também autor desta corrente europeia de base francófona, argumenta que é no terceiro sector que se engendra o combate à exclusão, com a instrumentalização da Economia Social e, mais especificamente, nas empresas sociais, que adquiriram uma importância considerável na Europa Ocidental. Desde a década de setenta, numa surpreendente coincidência cronológica (Berney e Darmon, 1999) e com base em experiências de inserção de incapacitados (e de outros grupos), criaram-se iniciativas na maioria dos países europeus que foram adoptando uma fórmula empresarial, procurando resultados económicos positivos, mas sem fins lucrativos, tendo como principal objectivo, além das motivações ecológicas, culturais e ideológicas, a luta contra a exclusão sócio-laboral.

Estivill argumenta que essas organizações se distinguem por duas especificidades: (1) a promoção de uma solidariedade entre diferentes actores pela prática da auto-gestão; e (2) a prática de uma solidariedade com os trabalhadores em geral e em particular com os mais desfavorecidos. Outra visão mais lata, coloca esta nova economia ao lado da economia pública e de mercado, envolvendo actividades tão distintas como comércio justo, finança solidária, serviços de proximidade, gestão de serviços urbanos pelos seus habitantes, auto-produção, entre outros. Desta forma, a Economia Solidária é compreendida em várias perspectivas destacando um conjunto de actividades económicas sujeitas a uma acção democrática onde as questões sociais de solidariedade suprimem os interesses individuais ou o lucro material. Para Jordi Estivill, a Economia Solidária “**contribui para a democratização da economia a partir do envolvimento dos cidadãos**”, pois assenta no reconhecimento de que toda a economia é social e admite-se a possibilidade de regulação da sociedade, através da sustentação das formas de vida dos indivíduos em sociedade, não centrada no mercado e na esfera do Estado. Jordi defende que a ES assenta na pluralidade de lógicas irreduzíveis entre o mercado, o não mercado e a não monetária, promovendo a questão da conceitualização da nova relação capaz de reequacionar o lugar da Economia na sociedade, sob a emergência contemporânea das formas de Economia Solidária e de construção do social de um novo mercado. A necessidade da assumpção por parte do Todo (Sociedade), inserido num sistema económico imerso no sistema social e, inseparável de outras actividades sociais, permitindo que a satisfação das necessidades possam ser engendradas, também por outras formas económicas como a reciprocidade.

Laville e Eme (1998) abordam a emergência e o desenvolvimento recente de um fenómeno de proliferação de diversas iniciativas e práticas socioeconómicas, caracterizadas por iniciativas locais na Europa. As iniciativas assumiam na maioria dos casos a forma associativa em resposta a determinadas problemáticas locais específicas. A expressão Economia Solidária indica num primeiro momento, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, **iniciativa e solidariedade**. Por outro lado, sugere (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro das actividades económicas colectiva. Para Defourny, Laville e Fevreau (2004:141), referem a intensa multiplicação de novas experiências em torno da **questão da inserção pelo económico** tornando-o particularmente simbólico para pensar a problemática em torno das novas respostas associativas e cooperativas *vis-à-vis* da crise do emprego e do Estado Providência. Este campo tem sido chamado pelos autores de “zona testemunha” destas novas iniciativas que para os autores significa muito mais a emergência de uma nova geração de associações e cooperativas.

Na **corrente** Ibero-americana, Paul Singer, investigador, debate o conceito de ES como uma forma organizativa de actividades económicas em contraste com a forma predominante capitalista. Argumentando, que a Economia Solidária é uma forma de gestão económica democrática, e conseqüentemente, também a igualdade de entre todos os participantes. Singer refuta que o capitalismo é o modo de produção dominante e que está longe de abranger a totalidade das economias contemporâneas, como são identificadas a produção simples de mercadoria, economia pública, economia doméstica e a economia solidária. A Economia Solidária é a resposta à crise de paradigma *fordista* e do *Welfare state* sendo um híbrido formado por actividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, actividades de mercado desenvolvidas por profissionais e actividades financiadas por subsídios estatais. Singer (2007) defende que a essência das ES são actividades económicas organizadas para que todos os trabalhadores sejam igualmente proprietários dos empreendimentos onde prestam o seu serviço. E sendo lógico que todos os que trabalham na Economia Solidária são proprietários do seu empreendimento e que todos os proprietários são trabalhadores. Este autor, defende ainda a reinvenção da ES seja muito recente sendo delicado projectar a sua tendência de desenvolvimento acelerado para o futuro, e argumenta que esta estrutura de economia alternativa abrange redes de Economia Solidária que têm vindo a estabelecer-se nos últimos anos, em actividades e processos, que vão para além do especificamente organizacional. E explica o autor, que a admissão da noção de solidariedade constituída por vários autores, levantaram dilemas no modo como pensar uma efectiva transformação democrática da

economia e quais as possibilidades de consolidação de uma Economia Solidária fundada em valores do trabalho e da cooperação.

Segundo Singer (2002), as empresas solidárias são resultado das falências das empresas capitalistas, da subutilização dos latifúndios e do desemprego, projectando o cenário da crise económica que atingiu a maioria dos países nos anos 80 e 90 do século XX, para as próximas décadas. Singer argumenta que a Economia Solidária é um dos principais instrumentos de inclusão social, no Brasil. Ainda segundo o autor, a Economia Solidária só terá perspectivas de desenvolvimento se a economia capitalista entrar em depressão longa e profunda (como a da década de 1930, por exemplo). Defende que a alternativa, será a economia solidária mais do que “ (...) mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar na sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar”, concebida para ser uma alternativa por proporcionar à comunidade uma vida melhor. A finalidade básica das empresas de ES não é a maximização do lucro mas a quantidade e a qualidade do trabalho, argumentando que a empresa solidária não gera lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. As empresas solidárias são reconhecidas a partir das formas de organização autogestionárias e cooperativas, sendo resultado de oportunidades, a capacidade de acção dos sujeitos sociais no sentido da construção de uma economia alternativa e são basicamente dos trabalhadores, que apenas secundariamente são os seus proprietários. Concluindo que a maioria dos empreendimentos solidários surgiu como respostas às crises económicas – desemprego e à exclusão social. É defensor de uma nova postura solidária da economia em detrimento da competitividade, exigindo a todos os intervenientes renovada postura de cooperação em detrimento da competitividade.

Para Genauto Filho, investigador de referência desta corrente, defende que o enquadramento histórico se destaca dos diferentes modos de acção e de abertura, através de uma abordagem mais indulgente e alargada a outras dimensões como a integração social ou participação social e política. Alega também que poder-se-á inserir na análise do Terceiro Sector/Economia Social/Economia Solidária consoante o contexto histórico de cada Sociedade, relevando a importância da dinâmica na concepção e nas mudanças ocorridas nas práticas organizativas e nas suas articulações ao processo da sua institucionalização. Esta abordagem articula-se com duas dimensões política e privada, na construção de renovadas práticas colectivas, como iniciativas com a sociedade civil inscritas numa nova relação entre a economia e a sociedade.

Este autor argumenta que a constituição da nova Economia Social passa por uma actualização do conceito original de Economia Social em articulação com a esfera económica, esfera social e esfera política. Para Filho (2002), a ES é uma economia com mercado, concertando os recursos provenientes da articulação entre o Estado, Mercado e Sociedade Civil e caracterizada por uma construção conjunta da oferta e da procura, desenvolvendo uma forma de co-produção diferente da que ocorre na lógica do mercado. Genauto Filho defende a base de uma separação abstracta entre a oferta e procura, combinando os recursos das economias de mercado e não mercado (redistribuição) e não monetária (reciprocidade) ou seja, diferenciando a economia privada da economia pública e da economia associativa e não monetária. E, por último, a corrente mais recente de pensamento de Economia Solidária que nasceu na Macaronésia. A economia solidária apresenta-se como principal valor acrescentado: mais económica, do que a economia social tradicional; mais virada para o mercado, aceitando a ideia de obtenção de lucros e ser um fim (intermédio), com maior preocupação de eficiência e qualidade, adoptando estratégias de marketing (social) e recorrendo a indicadores económicos para se avaliar. Para Rogério Roque Amaro, investigador, argumenta que a “nova” economia é um movimento de base europeia com raízes na tradição francófona que engloba instituições particulares de solidariedade social (IPSS), como as Misericórdias, algumas Cooperativas e Associações com objectivos de produzir soluções assentes em princípios de solidariedade para os problemas sociais. Defende que a Economia Solidária é um novo conceito e uma nova prática de economia. Para o autor, a Economia Solidária confronta-se com a questão da conceitualização de uma nova relação capaz de pensar o lugar da economia na sociedade, sob a emergência contemporânea das formas de Economia Solidária e da construção social de um novo mercado. Em que a Economia Solidária assenta no reconhecimento de que toda a economia é social. Segundo este investigador, a Economia Solidária corresponde ao conjunto de actividades económicas; à coesão económica; à promoção da valorização ambiental, **“de uma relação económica positiva com a Vida; promoção e valorização da diversidade cultural; gestão mais eficiente e rigorosa e integrada; articulação e enraizamento nas suas comunidades de pertença promovendo o desenvolvimento local; investigação acção permitindo novas aprendizagens e teorias a partir das práticas.”** (Amaro, 2007) **“ (...) Capacidade de resposta à procura de bens e serviços que o sector privado mercantil resiste em não investir pelo facto de ser pouco lucrativo e em que as instituições da esfera pública não conseguem atender é, de facto a sua mais-valia”.** (Amaro, 2006)

Este novo conceito harmoniza-se com um conjunto reformulado de actividades económicas, com “valor acrescentado” em relação à “velha Economia”, à Economia Dominante”, com características próprias e distintas, com uma identidade própria. É herdeira de uma corrente histórica e que tem sido a base do funcionamento real da maior parte das nossas sociedades, de Norte a Sul do Planeta. Argumenta que a ES assenta em cinco vertentes fundamentais: (1) uma actividade económica; (2) promotora de coesão social; (3) respeitadora e valorizadora do meio ambiente; (4) respeitadora e valorizadora da diversidade cultural; e (5) utilização de gestão eficiente. Acrescentando ainda: (6) territorializada e promotora de desenvolvimento local; (7) e assente numa lógica de investigação-acção. Evidenciando-se pela assumpção da sua dimensão política na acção no desenvolvimento de actividades económicas para a produção de objectivos sociais, cooperando, deste modo, para a afirmação de ideais de cidadania.

2.3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

2.3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO PARA A CONVOCAÇÃO DO CONCEITO DE RSE

No contexto em que as ameaças são generalizadas, a fragmentação e o agravamento das desigualdades sociais são uma realidade, a agudização da pobreza e da exclusão social são preocupações generalizadas, os desastres ambientais, o registo da intolerância e do radicalismo cultural, caracterizam riscos que, segundo Roque Amaro, deverão converter-se em grandes desafios das Sociedades. O autor, alerta para o facto de ser importante influenciar questões com pontos convergentes de preocupações para que se assumam nos actos de gestão das empresas compromisso para um pacto global com sustentabilidade.

“ a responsabilidade social das empresas deverá assumir todo o seu sentido de oportunidade, uma vez, que é o ingrediente fundamental da nova governância e que assume os desafios da integração de áreas de intervenção e de convocação de múltiplos actores”. (Prefácio de Santos et 2006).

2.3.2. ENQUADRAMENTO DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO RSE

De um movimento nascido na Europa do pós-guerra, no ambiente da guerra-fria, num contexto internacional, com os temas dos Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável acedem-se discussões entre os países membros das Nações Unidas no sentido de nortear a formulação conceitual com a criação de diretrizes e normas para a RSE.

A sistematização do conceito de RSE ocorre com a publicação do livro de *Howard Bowen, Social Responsibilities of the Businessman*, nos EUA em 1953, que realça o facto da RSE ser entendida como as obrigações dos empresários em adoptar orientações, tomar decisões e seguir linhas de acção, que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade.

Esta obra baseia-se no facto de que em 1942, surgiu um manifesto subscrito por 120 industriais ingleses onde se afirmava, a necessidade de responsabilizar os empresários das indústrias a manter um equilíbrio justo entre os vários interesses do público como consumidor, dos funcionários e operários como empregados e dos accionistas como investidores.

Tais iniciativas foram traduzidas em padrões, acordos, recomendações, códigos unilaterais e multilaterais que ajudam a compreender e a situar a responsabilidade como tema emergente para as organizações. Em linhas gerais, são documentos das Nações Unidas e seus organismos, como OIT⁷ (Organização Internacional do Trabalho) e PNUD⁸ (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que conferem o mínimo aceitável para as operações das empresas. As empresas privadas tornaram-se sensíveis ao sentido de dever realizar acções sociais.

A necessidade da recuperação dos países devastados pela Guerra fez com que, a consciência despoletasse impulsionando uma nova filosofia de gestão nas empresas. Destacam-se documentos internacionais, inspiradores para a RSE, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (Organização Nações Unidas); a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu Seguimento; Declaração Tripartite sobre Empresas Multinacionais da OIT; as Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE⁹

⁷ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada nas questões do trabalho. Tem representação paritária de governos dos 182 Estados-Membros e de organizações de empregadores e de trabalhadores

⁸ É o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras actividades, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projectos que contribuam para melhorar essas condições de vida, nos 166 países onde possui representação. É conhecido por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como por ser o organismo internacional que coordena o trabalho das demais agências, fundos e programas das Nações Unidas - conjuntamente conhecidas como Sistema ONU - nos países onde está presente

⁹ (OECD em inglês). É uma organização internacional dos países comprometidos com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado.

Os Tratados, diretrizes e instrumentos focavam directamente a actividade empresarial, as suas obrigações e atribuem, às empresas, responsabilidades na promoção e cumprimento dos direitos. Historicamente, as empresas Norte-americanas e Europeias foram pioneiras na criação de redes com o objetivo de estimular o mundo empresarial a adotar a responsabilidade social nos seus negócios. Estas renovadas formas de considerar e actuar, foram imediatamente associadas de forma pejorativa, ao pensamento socialista da época que foi significativamente representativo em parte da Europa no início do século XX. Ideais combatidas pela maioria dos empresários e pelo pensamento capitalista mais conservador, hegemónico nos meios académicos.

Nos anos 20, o pensamento de uma actuação social mais efectiva por parte das empresas privadas ressurgiu não obtendo melhor aceitação pela maioria dos empresários e intelectuais. Segundo Duarte (1996) o mesmo se sucedeu às ideias do inglês Oliver Sheldon que em 1923 defendeu a inclusão entre as preocupações da empresa, de outros objectivos para além do lucro dos accionistas.

Contudo, somente nos anos 40, surge nalgumas partes da Europa, o primeiro apoio empresarial explícito e significativo, de empresários ingleses do sector industrial com a proposta da necessidade de constituírem cooperativas com responsabilidade em relação aos seus cooperantes e contribuir de forma efectiva para o bem-estar da sociedade. No início dos anos 60, nos EUA, regista-se uma popularização do conceito de RS (Responsabilidade Social), da actuação ética e responsável das Empresas.

O repúdio da população à Guerra do Vietname (1964-1973) deu início a um movimento de boicote à aquisição dos produtos e das acções na bolsa de valores das Empresas que, de alguma forma, estavam ligadas ao conflito bélico na Ásia. Essas manifestações, aliadas às lutas pelos direitos civis norte-americanos, conduziram a novos e determinantes factores para essa questão: a participação popular, a opinião pública e a exigência por parte da Sociedade de uma nova atitude empresarial. A partir da segunda metade dos anos 60, nos Estados Unidos da América e em parte da Europa Ocidental, particularmente na França e na Inglaterra, uma parte da sociedade incitou ao princípio dos comportamentos socialmente responsáveis, no âmbito das empresas.

Nos anos 70, surgiram empresas que se aperceberam da importância estratégica da publicidade às acções sociais realizadas e passaram a divulgar os seus Balanços ou Relatórios Sociais, transmitindo aos consumidores, accionistas, investidores e comunidade, (stakeolders) as práticas e a forma de se relacionarem com o público interno e externo e a prestar contas anualmente das acções sociais e ambientais. A Guerra do Vietname afectou negativamente a imagem das empresas que beneficiaram economicamente os cenários de guerra e como reacção, que em parte se devia às pressões de um segmento mais organizado da sociedade norte-americana, exigiam uma postura ética e um novo tipo de acção empresarial em relação às questões sociais e ambientais.

É possível, identificar neste período diversas instituições da sociedade civil, (igrejas e associações) a denunciaram o uso de armamento que dizimavam comunidades inteiras e afectavam negativamente o meio ambiente, colocando em risco a própria sobrevivência e o futuro do homem no planeta, referenciando as armas químicas (o napalm). Todas as transformações ocorridas no âmbito das empresas relacionam-se, de alguma forma, aos movimentos sociais da década de 60. As lutas pela garantia dos direitos civis, a igualdade de direitos e o fim da discriminação racial pelo movimento negro norte-americano; a luta das mulheres para conquistar seu espaço e os movimentos de contestação na Europa possuem dois grandes marcos no final da década: a marcha pela Paz em Abril de 1967, nos EUA, com o seu slogan *make love, not war* e o movimento de Maio de 1968 na França, com o seu slogan *é proibido proibir*. São vários os acontecimentos internacionais, que despoletam a discussão em trono das questões de sustentabilidade e intrinsecamente chegando às questões da responsabilidade social das empresa, com especial relevo à conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972, ano em que foi publicado o polémico estudo, pelo Clube de Roma, *The Limits to Growth* à Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento em 1987 e à Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, em 2002.

O Conselho Europeu de Estocolmo reconhecido internacionalmente pela Cimeira de Primavera no ano de 2001, decidiu que a Estratégia da UE de Desenvolvimento Sustentável (na altura em elaboração) deveria completar e reforçar a Estratégia de Lisboa mediante a inclusão de uma dimensão ambiental, tendo reconhecido a necessidade de integrar, a longo prazo, crescimento económico, coesão social e protecção do ambiente, em todas as decisões políticas.

Por conseguinte, esta estratégia constitui uma oportunidade para tornar operacional o desenvolvimento sustentável a curto e médio prazo. Realçando o benefício de fomentar as sinergias entre empresas e o ambiente estimulando o crescimento económico, minimizando os danos ao meio ambiente. Posteriormente ao lançamento e discussão pública do Livro Verde, a Comissão Europeia em Julho de 2002, elaborou outro documento, intitulado *Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*.

Assume-se que, para além de ser um contributo para o desenvolvimento sustentável, a RS das empresas é, também, um instrumento que poderá ajudar a concretizar o grande objectivo da Estratégia de Lisboa, ou seja, que a União Europeia se torne **“no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”**.

A estratégia da União Europeia visava a promoção das práticas de cidadania empresarial, incluía: (1) a intensificação e difusão do impacte da RS (Responsabilidade Social) nas empresas e na sociedade em geral, promovendo o intercambio de boas práticas; (2) a promoção do desenvolvimento de competências de gestão em RS; (3) o lançamento do *forum* multilateral Europeu sobre RS para facilitar a convergência e transparência das práticas e dos instrumentos de RS; e (4) a integração de RS em todas as politica comunitárias relevantes.

No ano de 2004 é publicado o relatório final do *forum* europeu *MultiStakers* para a RSE e entre as várias advertências destaca-se o acréscimo da capacidade das empresas para assimilarem e integrarem a RSE; mobilizar as organizações de apoio na implementação da RSE; gerar condições adequadas para o desenvolvimento RSE; fomentar o diálogo com as partes interessadas; analisar o papel das autoridades públicas – europeias, nacionais e locais, na promoção e apoio à RSE. Em 2005, é comunicado o *Roadmap* (Roteiro Europeu para a Empresa), iniciativa conduzida pela *Corporate Social Responsibility (CSR)* com o contribuindo para o movimento europeu de Responsabilidade Empresarial. Com a denominação de *Rumo a uma Empresa Sustentável e Competitiva*, propõe cinco objectivos: (1) inovação e Empreendedorismo; (2) desenvolvimento de aptidões e competências; (3) igualdade de oportunidades e diversidade; (4) saúde; e (5) segurança e protecção.

2.3.3. A ABORDAGEM AO CONCEITO RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS/ORGANIZAÇÕES

Etnologicamente, a palavra responsabilidade deriva do latim *respondere*, responder. Segundo o dicionário Michaelis, responsabilidade é **“a qualidade de responsável”, que “responde por actos próprios ou de outrem”, que “deve satisfazer os seus compromissos ou de outrem”**. Por ser um conceito em construção e em fase de estudos no meio académico e de experiência no meio empresarial, a responsabilidade social acarreta muitas definições, consoante a visão, grau de intervenção que uma organização exerce na sociedade, sendo especialmente visíveis quando se observa as várias correntes de pensamento ao longo do tempo.

A assumpção de responsabilidade social pelas organizações é matéria controversa. O conceito de RS não é o mesmo aplicado na Europa e nos Estados Unidos. São de facto meios diferentes para atingir fins semelhantes, sendo que a interpretação europeia dá uma maior ênfase às questões sociais. Contudo existem opiniões diferentes, Milton Friedman (1977) argumenta que "(...) a empresa socialmente responsável é aquela que responde às expectativas dos seus accionistas (...)".

Atenta, portanto, às expectativas dos seus interessados actuais e futuros, na visão mais conservadora de responsabilidade social, limitada à defesa dos interesses apenas dos agentes financiadores directos da actividade empresarial. Este conceito difundiu-se nos meios empresariais e académicos Norte-americanos. A principal questão objectiva centra-se nas responsabilidades dos empresários em “adoptar orientações, tomar decisões e seguir linhas de acção compatíveis com os fins objectivos e valores da Sociedade”. (Duarte, 1985:72; e Carroll, 1999:27)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento *Bird* define como uma abordagem baseada num conjunto abrangente de políticas, práticas e programas centrados no respeito por princípios éticos, pelos seres humanos e pelo meio ambiente. O Instituto *Ethos*¹⁰ de Empresas e Responsabilidade Social (2001) caracteriza a acção socialmente responsável das empresas como a responsabilidade social das empresas como principal característica a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e com o meio ambiente.

¹⁰ Associação brasileira de empresas que visam desenvolver as suas actividades de forma socialmente responsáveis.

E, por último, a referência ao conceito da Macaronésia: “ (...) como a adopção voluntária e sistemática de um modelo de gestão e de criação de valor, através do qual, para além da sua dimensão económica tradicional e das suas obrigações legais, se garanta a coesão social, a protecção do meio ambiente e o respeito pela cultura em todas as situações e actos da sua missão, procurando atingir a competitividade integrada e assegurar uma sustentabilidade integrada.”

Carroll (1979) avançou nesta temática sugerindo que as actividades de negócios devem preencher quatro responsabilidades principais, em ordem decrescente de prioridade: **económicas, legais, éticas e filantrópicas**: a responsabilidade económica envolve as obrigações da empresa de serem produtivas e rentáveis: (1) a primeira e mais importante responsabilidade social da actividade de negócios são económicas por natureza. A responsabilidade legal corresponde às expectativas da sociedade de que as empresas cumpram suas obrigações de acordo com o arcabouço legal existente.

A responsabilidade ética reporta-se às empresas que, dentro do contexto em que se inserem, tenham um comportamento apropriado de acordo com as expectativas existentes entre os agentes da sociedade. A responsabilidade filantrópica reflecte o desejo comum de que as empresas estejam activamente envolvidas na melhoria do ambiente social. Esta última dimensão da responsabilidade social alcança mais do que as funções básicas tradicionalmente previstas da actividade empresarial. Esta dimensão poderia também ser considerada como uma extensão da dimensão ética.

Embora a definição de *Empresa Socialmente Responsável* possa parecer intuitivamente simples, existe uma grande complexidade em torno deste termo. A proposição de Carroll (*op.cit.*) de subdivisão da responsabilidade social nas dimensões económicas, legais, éticas e filantrópicas são importantes referenciais para a operacionalização destas variáveis; entretanto, as fronteiras entre estas dimensões são extremamente delicadas, e em muitas situações são sobrepostas.

Para Ashley (2002), “responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de actos e atitudes que a afectem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico (...)”. Assim, numa visão alargada, a responsabilidade social é toda e qualquer acção que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Segundo Rosemblum, citado por Netto e

Frões (2001:31), a RS é uma conduta que vai da ética nos negócios às acções desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos funcionários e relações com os accionistas, fornecedores e clientes. Peter Drucker, citado por Ashley (2002) “chama a atenção para o facto de que é justamente em função de a empresa ser bem-sucedida no mercado que cresce a necessidade de actuação socialmente responsável, visando diminuir os problemas sociais”. Para Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1996:60), responsabilidade ou função social é o conjunto de atribuições exercidas pelas empresas a serviço de toda a colectividade. Embora pertencentes ao poder privado, as organizações devem responsabilidade e satisfação pública. Conforme coloca Ashley (2002), parece lícito afirmar, que hoje em dia as organizações precisam estar atentas não só a suas responsabilidades económicas e legais, mas também as suas responsabilidades éticas, morais e sociais.

Para Neto e Froes (2001), “ (...) a responsabilidade social é muito mais que um conceito. É um valor pessoal e institucional que reflecte nas atitudes das empresas, dos empresários e de todos os seus funcionários e parceiros”. Exigindo uma maior consciencialização dos consumidores e consequente a procura por produtos e práticas que geram melhoria na qualidade de vida da sociedade.

Para a **Comissão Europeia**, a RSE é definida “como sendo um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais saudável”. (Livro Verde). A RS na Europa é um referencial competitivo para as Empresas, na prossecução do objectivo estratégico em “**Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas**”. A Comissão Europeia, em 2001, incitou aos poderes públicos e privados e a todas as partes envolvidas ou interessadas, a expressarem a sua concepção sobre a configuração de um novo quadro engrandecendo a RSE, cuja finalidade seria lançar o debate nos países membros da União Europeia. Nesta linha de acção, definiu-se por Responsabilidade Social das Empresas “ (...) a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas”. Sendo perceptível o realçasse da natureza voluntária da RSE, em que tudo o que as empresas façam no campo social ambiental, que vá para além das obrigações legais, a que está sujeita, integrando na sua actividade empresarial preocupações com o bem-estar e a sustentabilidade da vida em sociedade.

A abordagem às responsabilidades e às relações com as diversas partes interessadas variam em função de especificidades sectoriais e de diferenças culturais. Numa fase inicial, as empresas começam por adoptar uma declaração de missão, um código de conduta ou uma declaração de princípios, em que enunciam os seus objectivos, valores, fundamentais e responsabilidades para com as diversas partes interessadas. Frequentemente, a igualdade de oportunidades é mais um sonho do que uma realidade. Ao mesmo tempo, é possível constatar que nos últimos vinte anos, pelo menos na Europa Ocidental, extensível a outros continentes, a exclusão despertou um interesse crescente dos poderes públicos e são poucos os governos que desmentem os problemas derivados com a exclusão social: “a sua visibilidade e até a sua luminosidade não os deixa indiferentes, responsabiliza-os, com maior ou menor intensidade têm feito esforços para atenuar a exclusão e, noutros casos, para tentar erradicá-la e até preveni-la.” (Estivill, 2003:84)

O economista Fridman (1982) desenvolveu o pensamento de que as empresas têm como único objectivo, o dever fiduciário¹¹ e qualquer envolvimento noutra actividade transcende a legítima função que o negócio tem na sociedade. Fridman, sustenta que a prática de RSE é o aproveitamento dos seus recursos e desenvolver actividades que permitam aumentar o lucro na condição de respeitar as regras estipuladas, comprometendo-se numa coerência aberta e livre, sem vigarice ou fraude. Nesta óptica, a RSE restringe-se exclusivamente à criação de valor para os *stakeholders*. Segundo Keith Davis (1967) “ (...) o conceito de RS exige que os indivíduos considerem seus os actos enquadrados num sistema social global e sejam responsáveis pelos efeitos da sua actuação em qualquer parte do sistema.” A RSE emerge na forma de contribuições cedidas através de donativos ou da concessão de facilidades, com propósitos sociais ou humanitários. Reverte de um acto voluntário, do desejo de participação na sociedade civil, da benéfica cidadania e de solidariedade social. É uma óptica associada a práticas de filantropia que decorre de resposta a normas, pressões sociais e expectativas de desempenho predominantemente social.

Na década de 70, Davis e Blomstrom (1975:39) define RS como “ (...) a imposição dos decisores de levar a cabo acções que apoiem e melhorem o bem-estar da sociedade no seu conjunto em vez dos seus próprio interesse”.

¹¹ O dever de contribuir para a criação de riqueza.

Para Porter e Kramer (2002), subsististe o panorama da criação de valor e do benefício mútuo, que concentram a forma como é orientada a estratégica das acções de RSE, numa perspectiva de criação de valor para todos. Os autores realçam a vantagem competitiva com a filantropia com a criação de valor para a empresa. Sendo uma óptica que consolida a condição de competitividade e que conjuntamente contribui para a construção de um desenvolvimento sustentável. Estes autores defendem que a competitividade das empresas e a sua orientação filantrópica não são incompatíveis – podendo intensificar-se reciprocamente.

Para Mintzberg um autor que ampara o conceito com o facto de ser uma mera postura legal, a prática de filantrópica ou o simples apoio à comunidade. Em síntese, adequa-se numa gestão responsável, com os correspondentes custos ecológicos, ambientais e sociais da sua actividade.

“ A prosperidade não é apenas económica e não pode ser mensurada apenas por médias. É também social e isso depende da distribuição”.

A visão de Simon Zadeck (2001) nomeia a nova combinação entre empresas e outras organizações na promoção do progresso harmonioso das comunidades envolventes, incrementando novos moldes de administração. Frederick (1978) não define RSE mas advoga que a RSE se suporta em vários princípios, tais como: o poder que ostentam as empresa que geram respostas; a assumpção voluntária de RS é preferível à intervenção governativa; a responsabilidade social voluntária requer que os gestores das Empresas admitam os direitos, as necessidades e os lamentos de outros grupos da sociedade, entre outras. A verdadeira prosperidade assenta o desenvolvimento económico com a generosidade social.” (Mintzberg, Simons e Kunal, 2002:20) citado em Santos *et al.* (2006:27)

Uma visão mais ampla do conceito é argumentada por Ashley *et al.* (2002:6) que interpreta a responsabilidade social como toda e qualquer acção que contribuía para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Para Duarte (1985), a sua visão de RS representa a ideia de responsabilidade ou obrigação legal e ainda um comportamento responsável no sentido ético.” Para Frões e Melo Neto (2001), a responsabilidade social é vista como um compromisso da empresa em relação à sociedade e à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e uso de recursos que originariamente não lhe pertencem.

Segundo este autor, o objectivo das empresas ao introduzirem os processos de certificação da responsabilidade social “é atestar a responsabilidade social da empresa, em comprovar o exercício pleno da sua responsabilidade social interna e externa, conferindo-lhe a condição de empresa-cidadã, e demonstrar que seus produtos são socialmente correctos

Segundo Moreira (2002), a RSE, refere-se à ética como alicerce das actividades com todos os públicos com os quais a organização interage, ou seja, com os *stakeholders* (clientes, funcionários, fornecedores, accionistas, governo, sociedade, meio ambiente). Para ser socialmente responsável, é categórico assumir um carácter transparente na divulgação das informações, estabelecer compromissos públicos, envolver-se com instituições do Terceiro Sector, atrair e manter talentos, desenvolver um alto grau de motivação e comprometimento dos funcionários, lidar com situações de conflito com habilidade e criar metas sociais de curto e longo prazo (Damante e Nassar, 2002). Joelmir Betting entende por Responsabilidade Social “ (...) o exercício pleno da forma superior do capitalismo: respeito ao consumidor, ao trabalhador, ao fornecedor, ao distribuidor, ao investidor, à comunidade, ao meio ambiente, aos encargos fiscais e aos programas sociais”. (Apud Kunsch, 2003:133) Para Torquato do Rego (1986:162), “ (...) os gestores da Empresa começam a apreender que os objectivos das Empresas não se limitam ao lucro. Identificam outros factores e situações, das quais dependem as suas organizações”. Para Davis (1973), citado por Donnelly *et al* (2000), a empresa não é socialmente responsável se cumprir apenas as exigências mínimas da lei. A responsabilidade vai além disso, dependendo da aceitação por parte da empresa de uma obrigação social para além das exigências instituídas da lei. Segundo Orchis *et al.* (2002), a prática da RSE pode aprimorar substancialmente o desempenho e a sustentabilidade da empresa a médio e longo prazo, proporcionando, um valor social agregado à imagem da empresa; a motivação do público interno; a posição influente nas decisões de compras; a vantagem competitiva; a influência positiva na cadeia produtiva; reconhecimento dos dirigentes como líderes empresarias e a melhoria do clima organizacional.

A importância crucial da assumpção da RSE, para Estivill (2003) deve-se em primeiro lugar, a questões de procura e oferta da sua produção; em segundo lugar, porque os trabalhadores insatisfeitos reduzem a sua produção com qualidade inferior; em terceiro lugar, porque o tecnicismo e a complexidade crescente dos processos produtivos convida a pensar na formação e qualificação da força de trabalho, como acontece, por exemplo, com a implicação

empresarial na formação profissional na Alemanha; em quarto lugar, pela pressão sindical e das organizações políticas e sociais que operam no mesmo território das empresas.

As empresas, sobretudo aquelas que têm uma forte implantação local, também estão empenhadas em contribuir para a promoção do meio envolvente. Essa atitude proporciona-lhes uma imagem positiva e uma legitimidade social que vão, sem dúvida, trazer benefícios. É possível identificar uma forte propensão para o apologismo da RSE, embora as razões que os sustentam não sejam absolutamente coincidentes.

Existem correntes defensoras de que a RSE é um compromisso das empresas que cumpre prosseguir por razões éticas e morais; outra corrente que defende que a RSE representa uma preeminência competitiva, podendo aumentar os níveis de produtividade e rentabilidade das empresas; e subsistência da relação estreita entre os dois argumentos, não sendo possível identificar o predominante ou fulcral. Para Ducker (1990:333) as organizações “ devem comprometer-se com objectivos comuns e valores partilhados. Sem este compromisso não existe empresa, só existe um conjunto de pessoas.”

Capucha (2000), argumenta que à partida os problemas não residem apenas nos grupos sociais em exclusão social, têm sobretudo a ver com o funcionamento global dos mercados de trabalho e de outros sistemas institucionais. Os factores que relegam cada pessoa ou cada grupo para as malhas da exclusão são os mesmos que integram os sistemas sociais e económicos. Segundo Gonçalves (1991), é facilmente entendido que as organizações são importantes suportes do tecido económico, social, político e cultural da sociedade actual, sendo de capital importância a análise de todos e quaisquer aspectos relacionados com as organizações. Chiavenato (1993) o mundo de hoje é uma sociedade composta de organizações e que todas as actividades que se prendem com a produção de bens ou como a prestação de serviços são delineadas, coordenadas, dirigidas e controladas dentro das organizações.

Adda (1997) defende dois princípios que governam o funcionamento das economias modernas de mercado: a concorrência e a organização. A concorrência encontra o seu dinamismo, a força de expansão, a capacidade de inovar e de adaptar a novas situações. No segundo baseiam-se a sua estabilidade, a permanência dos laços que as unem, a sua capacidade redistributiva e a aptidão para defender-se de agressões externas. (CAPRA, 1982)

Existem redes que impulsionam às Empresas a adoção de práticas responsáveis e que permitiram que a expansão fosse mais intensa nos últimos 30 anos por meio de movimentos liderados por ambientalistas, consumidores e trabalhadores, que exigiam às empresas as responsabilidades em relação a obrigações legais e deveres vinculados aos direitos humanos, como exemplo: World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), constituída em 1991, com actualmente 180 empresas multinacionais de mais de 35 países de 20 sectores industriais. Dispõe de uma rede de 50 conselhos vinculados a organismos internacionais, universidades, ONG's e fundações, para partilhar experiências e promover lideranças no meio empresarial estimulando o desenvolvimento sustentável nos seus países ou regiões; Friends of the Earth International - Fundada em 1971 por quatro organizações da França, Suécia, Inglaterra e EUA, é a maior rede de grupos ecologistas do mundo; A Business for Social Responsibility (BSR), criada em 1992, nos EUA, a primeira rede de empresas, inicialmente com 50 empresas associadas. BSR adoptada para o termo responsabilidade social corporativa, de forma ampla.

2.4. A TRANSVERSALIDADE DOS CONCEITOS NA CONDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A discussão dos conceitos de ES e de RSE tem vindo a assumir uma centralidade em torno dos novos desafios ao desenvolvimento sustentável. E foi com esse despique que centralizou-se a esta análise dos conceitos como forma de reflectir e apelar ao incentivo de novos comportamentos conscientes no cenário de um desenvolvimento sustentável. É indispensável pensar para as questões da sustentabilidade de modo a mobilizar uma Sociedade para a construção de um futuro exequível, com o maior envolvimento de pessoas e de organizações.

O conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito que é entendido por muitos autores como um planeamento de mudança de atitudes, valores e estilos de vida, envolvendo três princípios interdependentes: **os valores que regem a vida dos indivíduos; a comunidade de interesses entre Estados e a definição dos princípios de um desenvolvimento sustentável.**

As perspectivas do desenvolvimento sustentável orientam-se para, prioritariamente, assegurar a qualidade de vida das pessoas, a preservação dos bens naturais para as futuras gerações, a justiça social na distribuição e na fruição dos bens criados pela humanidade. Esses padrões de desenvolvimento podem e devem estar parametrizados pelos condicionantes da conjuntura económica e social.

Os movimentos ou as correntes mundiais do conceito de **Economia Solidária** interligar-se ao modelo de desenvolvimento sustentável, como também as práticas cada vez mais assumidas e com maior relevo à **RSE**. Ambos os conceitos vão no sentido de entender as dinâmicas da institucionalização e reactualização e com isso a procura de novas formas de participação na constituição de novas respostas relacionadas com as problemáticas do *welfare*, do desenvolvimento social e económico comunitário e local, da coesão social e demais articulações em diferentes cenários de organizações, como são o sector privado e o recente denominado por Terceiro Sector¹².

A sustentabilidade e o contributo para a sociedade melhor e mais justa passa pela assumpção das empresas/organização em atitudes responsáveis, e desde logo, percebendo e integrando o modelo de RSE em construir relações equilibradas. A gestão de capital humano deverá assentar no esforço contínuo de promoção do bem-estar de cada indivíduo constituindo a coesão social necessária e urgente. Os benefícios são idênticos para os dois lados, logo que bem equacionados e estudados as implicações dos resultados no capital social, capital humano, biodiversidade e capital reputacional (boa conduta), conceptualizando o “desenvolvimento integrado ou sustentado”, com as actividades económicas, sociais e políticas, envolvendo múltiplas instituições e agentes que deverão influenciar de todas as decisões.

A análise do conceito de Economia Solidária dirige-se para uma abordagem política da economia como ciência, levantando novas e velhas questões sobre a forma de repensar a satisfação do social e económico em harmonia com a natureza e descodificar o conceito para reconstituir de uma forma assertiva a visão geral da economia de mercado. Essa relevância é transversal a toda a sociedade, pois os interessados abrangem um vasto espectro de actores sociais, desde logo a comunidade em geral, principal beneficiário, dos resultados da confluência necessária da abordagem desses conceitos. Com resultados directos para públicos menos favorecidos. E as autoridades públicas, responsáveis pela promoção de políticas que conduzam ao bem-estar económico e social e ao desenvolvimento equilibrado da sociedade. A Economia Solidária apresenta modelos e propostas sustentadas em experiências bem sucedidas e exequíveis, por agir transversalmente nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, a economia, o social, o ambiental, o territorial e o cultural. A economia solidária é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação económica criando uma alternativa forte e sustentável.

¹²Denominado em 1979 por Delors e J. Gaudin, o Terceiro Sector Num texto intitulado “Pour la création d’un troisième secteur, comment créer des emplois”, (Paris, Centre de Recherche Travail et Société, Université de Paris IX Dauphine, Mars).

As práticas de RS têm tido destaque em muitas empresas nos últimos anos, através do desenvolvimento e ampliação de projectos sociais, já que o Estado não pode mais ser visto como o único a ter responsabilidades para com a sociedade. O mundo empresarial defronta na responsabilidade social, uma nova estratégia para aumentar seu lucro e potenciar o desenvolvimento, conjugando estratégias empresariais competitivas por meio de soluções socialmente correctas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis. A responsabilidade social insere-se na infra-estrutura e na cultura das organizações e as suas práticas de responsabilidade social devem fazer parte da vida das organizações, devendo ser incorporadas à gestão, aos valores, à missão e ao planeamento estratégico das Organizações. As acção das empresas e organizações estão a associar-se à consciência social e ambiental, e ao bem-estar dos seus colaboradores, fornecedores, clientes e comunidades. Essas atitudes e comportamentos contribuem de forma peremptória para a criação de valor e potenciando a gestão de activos intangível relacionados com o valor de mercado, imagem e marca, capital social, conhecimento, inovação, risco ou com a dinamização de redes exigindo a mobilização para a utilização de instrumentos, através de “novos” conceitos, para a construção de uma lógica de projecto social.

Os conceitos de ES e RSE são instrumentos que têm vindo a transformar as estratégias de gestão e de governação corporativa e que têm vindo a insurgir-se como uma necessidade das empresas em actuarem de forma pró-activa na Comunidade envolvente. São instrumentos cada vez mais adoptados, e desejados conforme o contexto organizacional, trilhando formas de actuação conjunta, com instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social, na protecção ambiental, na criação de valor económico, na lógica da promoção de um Mundo e de uma Sociedade rica, coesa e equilibrada com estratégias sustentáveis.

Tanto a Economia Solidária como a Responsabilidade Social (solidária) ambas em sentido sistémico, assumem um conceito de *economia integrada*, articulado vertentes de actividades económicas, de promoção de coesão social, de protecção do meio ambiente, de diversidade cultural, todas baseando-se na gestão eficiente desejada. Ambos exprimem experiências de boas práticas que permitem a existência de critérios de escolha e de opinião pública, através do uso do pleno direito de cidadãos e de actores económicos para a construção de uma outra forma de estar na Economia mundializada, induzindo os actores sociais às escolhas mais cuidadas e exigentes em áreas como o social, o ambiental, o económico, intimando a uma ética e solidariedade na acção e contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O apelo ao empenho mundial em certificar a diversidade, através da constituição das parcerias para a mudança e alcance do objectivo comum da estratégia da sustentabilidade. Realçasse para o denominador comum que determina a necessidade de recomposição das relações entre **Economia e Sociedade**, com uma visão de estabelecimento de fortes ligações pela condução ao desenvolvimento sustentável. Esta relação de parceria, como exercício de cidadania, tende a envolver cada vez mais uma relação próxima entre a Sociedade Civil, Sector Empresarial, Organizações Governamentais e Organizações não governamentais. O que tem provido de novas assumpção de papéis no campo social, resultando numa forma crescente de **valorização e reconhecimento** de acções concertadas de desenvolvimento das práticas de responsabilidade civil e organizacional. É fulcral o envolvimento da comunidade empresarial na adesão aos princípios éticos, da pressão ou dos movimentos da sociedade civil, que advêm, igualmente, de uma interpretação das empresas e outras organizações para as práticas de responsabilidade social. A mensagem é uníssona para que todas as empresas e organizações assumam comportamentos responsáveis para congregarem às suas competências básicas uma conduta ética e socialmente responsável para com todos os envolvidos no processo de criação de valor. Ambos os conceitos com visões e estratégias próprias de contribuir de forma peremptória para a adopção dos novos modelos de gestão. Todo o tipo de organizações constituem poderosos agentes de mudança económica e social, em especial as organizações que actuam no mercado global, pelo que urge encarar a interacção dos negócios com as comunidades envolventes sendo acções determinantes para o desenvolvimento sustentando dessas organizações. Na realidade, é cada vez mais importante que as organizações, quer do sector privado, quer do sector público, estejam preparadas para responder aos desafios da gestão actual, concebendo estratégias em função da envolvente externa e dos recursos existentes, por forma a garantirem o funcionamento e o posicionamento necessários à sua sobrevivência e crescimento. O crescimento dos movimentos paralelos às preocupações com a forma de promover o desenvolvimento sustentável leva ao surgimento, cada vez com mais expressão, para o apelo da partilha e o envolvimento de causas comuns, evidenciando-se nos conceitos abordados. A proposta para a união dos conceitos de ES e de RS deverão edificar uma economia diferente, uma “Economia mais Solidária” em que as actividades conjuguem a transformação social, a exigência da competitividade económica e o desafio da preservação ambiental num percurso de partilha de tarefas colectivas na construção de um modelo de uma sociedade mais justa e solidária com valores universais como a igualdade, justiça, coesão económica, solidariedade social e democracia.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DOS AÇORES

Neste capítulo será dado a conhecer a realidade social no âmbito da experiência da Economia Solidária, consequência de um movimento que ocorre na Região Autónoma dos Açores nos últimos 15 anos.

3. 1. METODOLOGIA

3.1.1.OBJECTIVOS DA PESQUISA

O objectivo do estudo, visa compreender as bases que permitem estabelecer relações sinérgicas e transversais entre os princípios da **Economia Solidária e as Práticas da Responsabilidade Social das Empresas**.

Os objectivos específicos propõem-se: (1) a efectuar uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento da Economia Solidária e Responsabilidade Social, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável; (2) a realizar uma recolha de dados primários para utilização de base de dados das organizações de Economia Solidária na Região Autónoma dos Açores, dando início à caracterização dessas organizações; (3) conhecer as principais razões para o estabelecimento de parcerias entre as organizações de Economia Solidária e as outras organizações e empresas, na Região Autónoma dos Açores; (4) revelar as principais vantagens em estabelecer parcerias.

3.1.2. HIPÓTESE A TESTAR

Na prossecução dos objectivos definidos, foram equacionadas duas hipóteses centrais.

A primeira hipótese pretende averiguar se é desejável existir uma relação virtuosa entre os conceitos de Economia Solidária e de Responsabilidade Social Empresarial na promoção do desenvolvimento sustentável, centrando a análise nas empresas de Economia Solidária da Região Autónoma dos Açores. A segunda hipótese incide sobre a relação desejável de parcerias entre as organizações de Economia Solidária sediadas na Região Autónoma dos Açores com outras organizações e empresas de mercado.

H1 – Existe uma grande necessidade de se estabelecer uma boa relação (virtuosa) entre a Economia Solidária no Terceiro Sector e a Responsabilidade Social no Sector Público e Privado, cujos conceitos são instrumentos de gestão que visam a sustentabilidade dos sectores e que contribuem para a promoção do bem-estar comum.

H2 – É muito valorizado para as organizações de Economia Solidária a existência de parcerias com outras empresas quem têm diferentes modelos de gestão a fim de dar continuidade à missão dessas organizações.

Estas hipóteses colocaram em foco dois contextos organizacionais diferentes. Por um lado, as Organizações não governamentais (ou também chamadas de organizações não governamentais sem fins lucrativos), também conhecidas pelo acrónimo ONG, que são associações¹³ do terceiro sector, da sociedade civil, que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem acções em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade. Estas organizações podem ainda complementar o trabalho do Estado, realizando acções onde o Estado não consegue chegar, podendo receber financiamentos e doações do mesmo, e também de entidades privadas, para tal fim. É importante ressaltar que ONG não tem valor jurídico, e as que estudamos são ONG equiparadas a Instituições de Solidariedade Social (IPSS) com valor jurídico reconhecido.

3.1.3. OPÇÕES METODOLÓGICAS

O método de estudo abrangeu várias técnicas de recolha de dados, ao longo da investigação, conforme se trate da fase da observação, de tratamento de dados ou de explicação (Rongère, 1975:20-21). A forma de observação estruturada, com a técnica participativa: planeada sistematicamente e passível de controlo permitiu a produção de informação e a revisão bibliográfica consultada.

Recorreu-se à aplicação de um questionário tipo inquérito que permitiu a recolha de dados. A análise de dados baseou-se na análise estatística descritiva, nomeadamente, análise de frequências, o cruzamento de variáveis e aplicação do teste do Qui-quadrado e na última fase procuramos a aplicabilidade do modelo/quadro teórico, nomeadamente o teste de comparação múltipla de *Scheffé*, recorrendo à análise de “clusters”, de forma a identificar grupos com características homogéneas e certificar das conclusões retiradas.

¹³ A expressão *associativismo* designa, por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direcção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns. O associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu carácter, normalmente, de voluntariado, por reunião de dois ou mais indivíduos usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas (nas suas mais diversas manifestações).

3.1.4. CONSTRUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO

O inquérito foi conceptualizado para diagnosticar o grau de importância das práticas estabelecidas ou a estabelecer entre as organizações em estudo com as outras empresas, de forma a compreender a percepção da importância no estabelecimento de parcerias, sejam através da RSE quer de outra forma proposta. Depois, procedeu-se à selecção das entidades, cujo universo é constituído por organizações do terceiro sector com a assumpção e interesse pelo conceito de Economia Solidária na Região Autónoma dos Açores.

Foi importante definir um inquérito que minimizasse o tempo dispendido com o preenchimento, e ser minimizado o mais possível o impacto negativo face ao inquirido. Para cumprir este objectivo, todas as questões apresentadas foram de resposta fechada, com várias alternativas de respostas, alguma das quais, sempre que se considerou pertinente, possibilitaram a resposta de uma diferente alternativa das demais consideradas e aplicável ao inquirido ou à organização em questão.

O inquérito compreendeu questões com respostas sob forma de escala de Likert, cuja classificação foi concebida para avaliar atitudes ou reacções. O cuidado com a escolha das escalas usadas por nós tem como objectivo obter respostas que possam ser comparáveis umas com as outras (Alreck & Settle, 1995). No entanto existem outras variantes que serão também apresentadas por poderem constituir a melhor opção para a elaboração de itens para questionários de tipo escala. Assim, o inquérito compreendeu questões com resposta sob a forma de escala de classificação ordinal, escala de diferencial semântico, escala verbal com ordenação e escala nominal.

3.1.4.1. PRINCIPAIS ETAPAS

O inquérito utilizado nesta investigação, sob a forma de anexo, foi construído com base nos objectivos de pesquisa inicialmente fixado e estruturado da seguinte forma: na 1ª parte recolheu informação que reúne a identificação da organização como nome, concelho, ilha, ano de fundação, actividade, CAE, personalidade jurídica, identificação do inquirido, funções na organização. E a segunda parte, dedicada especificamente a aferir o grau de importância das práticas estabelecidas e/ou a estabelecer entre as organizações de ES com as outras empresas de mercado e procurando perceber se a instrumentalização das práticas de cada conceito constituem um reforço nas relações virtuosas entre essas organizações.

3.1.4.2. IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS

Os conceitos abordados são conceptualizados de diversas formas. Surgem por isso várias tipologias e consequentes definições. Após várias pesquisas constitui-se o quadro de referência conceptual. Os principais pontos de referência na identificação e selecção das variáveis basearam-se nos trabalhos de Rogério Roque Amaro e Francisco Madelino (2004), J-Louis Laville (org) (2004), Jordi Estivill; Patrícia A. ASHLEY, (coord). (2002), GRACE (2004), Maria João Nicolau Santos; Erg.(2004); foram os nossos principais pontos de referência, para uma escolha final. Por outro lado, a elaboração do inquérito, resultou também da contribuição dos trabalhos de investigação já realizados na área da Economia Solidária nos Açores, com o apoio do Programa INTERREG – GESFUNDO, Catarina Borges (2006) e na área da RSE, Maria João Santos (2006).

Possibilitando a identificação das variáveis, de acordo com o tema: desenvolvimento sustentável; economia solidária e responsabilidade social das empresas/organizações. De seguida, procedeu-se à selecção das entidades reconhecidas oficialmente como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas, de interesse público para a Região, com e sem estatuto oficial de empresa de inserção.

3.1.4.3. UNIVERSO DA PESQUISA

Este estudo dispõe de 32 respostas aos questionários, correspondendo a uma taxa de resposta de 100%. O questionário foi distribuído na segunda e terceira semana de Outubro, tendo-se encerrado o prazo para recepção de respostas a 02 de Dezembro de 2008. Foi utilizada a base de dados que a Secretaria Regional da Solidariedade e Segurança Social dispõe e a rede de empresas associadas da Cooperativa Regional de Economia Solidária dos Açores. Totalizam-se 32 organizações/empresas com diferentes estatutos jurídicos ¹⁴ que englobam: 6

¹⁴ A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, na redacção que lhe foi dada pelas Leis Constitucionais n.º 1/82, de 30 de Setembro, n.º 1/89, de 8 de Julho. N.º 1/92, de 25 de Novembro, n.º 1/97, de 20 de Setembro e n.º 1/2000, de 20 de Novembro e 1/2004 de 24 de Julho, constitui no seu artigo 46º que "1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal."; "2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial."; "3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela." e "4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista"

cooperativas; 11 associações; 6 Santas Casas de Misericórdias; e 3 numa categoria mais abrangente denominada por outros¹⁵. (Figura 1).

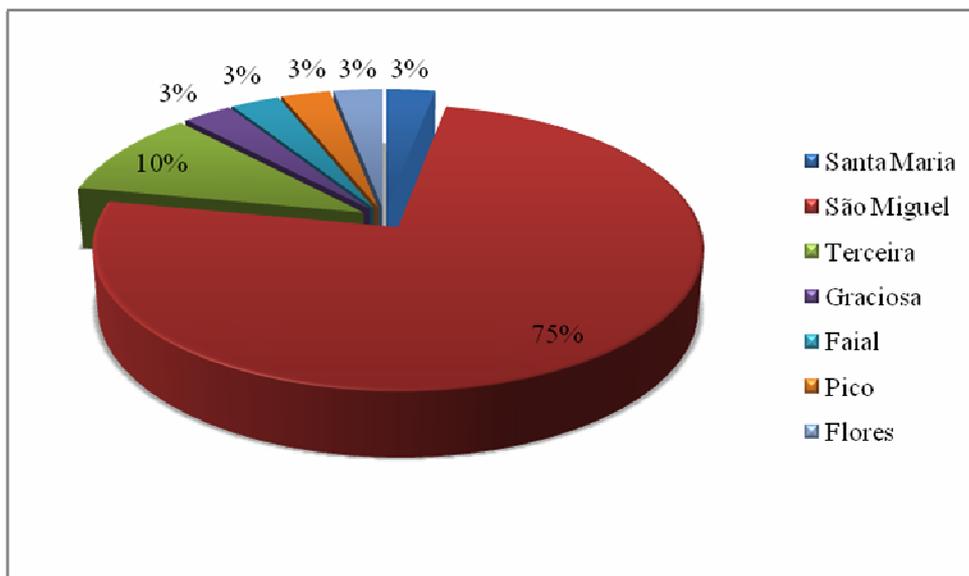


Figura 1: Distribuição Geográfica das Organizações de Economia Solidária na R.A.A.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Deste universo regista-se 78% das organizações com estatuto reconhecido oficialmente pela Região Autónoma dos Açores, de empresas de inserção e 22% sem estatuto oficial mas em fase de “enamoramento” aos princípios.

Ressalva-se que nem todas estas organizações têm actividades económicas e como tal, estão impedidas por falta de cabimento solicitar o estatuto.

Este universo está disperso por sete das nove ilhas, do arquipélago dos Açores, concentrando-se 24 organizações na ilha com maior dimensão territorial e em população por Km², São Miguel, seguindo-se a ilha Terceira, com a existência de duas organizações e nas restantes ilhas, uma organização.

3.1.4.4. TESTE DO INQUÉRITO

O inquérito foi testado no processo que consistiu na aplicação do inquérito a organizações do sector das IPSS para verificar a clareza e consistência das questões formuladas na perspectiva das organizações, assim como sua relevância e abrangência.

¹⁵ Em anexo, a listagem do Universo com a respectiva caracterização dessas organizações.

3.1.4.5. RECOLHA E TRAMENTO DE DADOS DO INQUÉRITO

Atendendo ao facto da dispersão das organizações pelas 7 ilhas da Região a inquirir, foi considerado mais adequado optar pela recolha de dados através de um inquérito postal, dirigido à individualidade que desempenha funções de presidente de direcção ou nos casos em que se veio a constatar da sua impossibilidade, à pessoa que exercer funções de topo na hierarquia, como o coordenador técnico ou secretário-geral.

Os inquéritos foram expedidos e definido o prazo de três semanas, para a recepção dos inquéritos preenchidos

A recolha do inquérito e respectivo tratamento de dados foi feita segundo a análise estatística descritiva, designadamente, pela análise de frequências descritiva e *crosstabs*. O tratamento estatístico foi aplicado no programa informático “*Statistical Program for Social Sciencs*” (*SPSS*). Após a constituição da base de dados iniciou-se o tratamento, incrementando as seguintes etapas estatísticas: (1) distribuição de frequências de dados através da construção de tabelas absolutas e relativas e a partir destas a apresentação dos resultados sob a forma de gráficos circulares, de colunas, barras e linhas, (2) e testes não paramétricos para apuramento da veracidade das questões.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Região Autónoma dos Açores é constituída por nove ilhas dispersas e alguns ilhéus desabitados e possui uma população de cerca de 241 mil habitantes, 50% da qual se concentra na maior ilha do Arquipélago, a ilha de São Miguel, tendo como capital política e económica a cidade de Ponta Delgada. É uma região arquipelágica de origem vulcânica, territorialmente descontínua com uma demografia muito díspar, variando entre os 390 habitantes na ilha do Corvo e os 125.000 habitantes na ilha de São Miguel. Beneficia do estatuto de ultraperiferia¹⁶ pelas suas características específicas como a pequena dimensão, o afastamento dos grandes mercados, as condicionantes geográficas e climáticas que, pelo seu carácter constante, influenciam o desenvolvimento económico e social da Região. (Figura 2).

¹⁶ Consagrado no n.º 2 Artigo 299 do Tratado de Amesterdão de 1997, que estabeleceu uma base jurídica sólida para formular e aplicar derrogações e políticas adequadas (os POSEI - "Programa de Opções Específicas para fazer face ao afastamento e à Insularidade", REGIS) às desvantagens e especificidades das 7 regiões ultraperiféricas, de que faz parte a Região Autónoma dos Açores, juntamente com a Reunião, a Martinica, Guadalupe, a Guiana, a Madeira e as Canárias.



Figura 2: Mapa da Região Autónoma dos Açores.

Fonte: in http://terceiraaventura.net/location_pt.htm

Uma das características mais marcantes desta Região reside no elevado grau de dispersão das suas nove ilhas (Figura 2). A conseqüente fragmentação do mercado que se origina desta repartição do território origina, necessariamente, debilidades estruturais cuja dissipação só se torna possível se efectuada à custa da primazia de critérios de equidade social sobre os critérios de eficiência na utilização e dotação de equipamentos colectivos.

Do ponto de vista do exercício da actividade económica, a situação periférica da Região em relação ao mercado mais alargado que constitui o território continental e a própria dispersão inter-ilhas do território, colocam entraves significativos ao seu desenvolvimento e que, em última análise, ficam patentes nos elevados custos de transportes que têm de ser suportados em qualquer transacção comercial que ultrapasse os contornos físicos de cada uma das ilhas. O tecido produtivo dos Açores é constituído por empresas de micro e pequena dimensão e o nível de qualificação dos recursos humanos activos, bem como o nível geral de escolarização da população são bastante baixos, sobretudo se inseridos no contexto europeu. Segundo Augusto Mateus o modelo de desenvolvimento assenta essencialmente no aproveitamento e exportação dos recursos naturais, onde se destaca a fileira agro-alimentar, sendo os derivados de leite e as conservas os produtos que sustentam, por enquanto, os principais elementos da base económica de exportação. Esta sofreu alguma diversificação nos últimos anos, com o incremento de várias actividades ligadas ao turismo, com aumento significativo deste 1998. A aposta privilegiada na actividade turística enquanto motor de crescimento futuro do arquipélago dos Açores não implica, naturalmente, que se descure o desenvolvimento de patamares de produção e níveis de produtividade mais elevados nos sectores tradicionais de

especialização da Região, até porque um dos principais atractivos dos Açores na captação de turistas reside na diversidade do cabaz de oferta regional, onde se incluem desde os produtos lacticínios a produtos agro-florestais), até à riqueza e diversidade da paisagem natural, passando pela riqueza histórica do seu património arquitectónico e do seu artesanato (a incorporação de maior valor acrescentado na cadeia de valor do leite poderia, constituir, talvez, uma outra alternativa).

3.3. CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO AUTONOMA DOS AÇORES

O enquadramento teórico e histórico deste movimento associa-se às características socioeconómicas e territoriais da região ultraperiférica, e à preexistência de redes de solidariedade social resultante dos movimentos dos centros sociais paroquiais, aliados a existência de questões sociais não resolvidas, e ao facto de existir recursos financeiros e técnicos provenientes do programa de luta contra a pobreza.

Nos últimos quinze anos desenvolveram-se em várias zonas da Região Autónoma dos Açores diversas iniciativas de produção de bens e serviços que, mais que visar o lucro em si, têm como principais objectivos a inserção de pessoas desfavorecidas no mercado de trabalho e/ou a promoção de valores culturais e sociais. Em várias ilhas surgiram actividades dando origem ao movimento da Economia Solidária dos Açores, com tradição da Economia Social de base europeia, com tendências renovadoras colocando a eficiência económica ao serviço da eficácia social e cultural. Subsistiam uma panóplia de projectos de desenvolvimentos e acção promovidos pela Comunidade Europeia¹⁷, destinado à promoção da Região da Macaronésia. Constituindo-se um laboratório de investigação-acção nos arquipélagos: Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira e através da promoção da cooperação económica e institucional com estas Regiões Insulares Ultraperiféricas, permitiu o desenvolvimento da cooperação entre o sector privado e público na consolidação das condições de suporte ao crescimento e sustentabilidade do sector económico emergente, ou seja, de uma rede de empresas de Economia Solidária e da sua articulação à resolução dos problemas sociais através da implementação de estratégias de desenvolvimento local.

¹⁷ Programas de Iniciativa Comunitária implementados pela Comissão Europeia destinados a favorecerem o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável do território europeu como o INTERREG IIIB.

Dada à natureza, das instituições de economia solidária que tendem a mobilizar os recursos endógenos e a priorizar as necessidades sentidas localmente, ganhou o protagonismo necessário tendo emergido das bases de solidariedade local e regional, com impactes ao nível do desenvolvimento de novas actividades nos locais onde operam, contribuindo para a diversidade da base económica; da consolidação de novas competências, e assim aumentando as condições de empregabilidade; prestação de serviços de proximidade, contribuindo para uma maior equidade no acesso a serviços; criação de novas iniciativas de mobilização de recursos disponíveis localmente e resultante no aumento da participação cívica.

E é nesta área que se concentram instituições em rede de comercialização e distribuição designada por CRESAÇOR¹⁸ – Cooperativa Regional de Economia Solidária, CRL, com a missão da promoção do movimento de Economia Solidária nos Açores aliado às dimensões do desenvolvimento local e comunitário, da formação profissional, pessoal e social e da produção e comercialização, na conjuntura da constatação da existência de um significativo conjunto de microempresas de Economia Solidária criadas no âmbito de projectos de luta contra a pobreza, com capacidades produtivas, com grandes dificuldades de penetração no mercado.

Neste contexto foi sentida a necessidade de promoção da integração socioprofissional de pessoas em situação de exclusão social, de se utilizarem recursos financeiros das áreas de apoio social em medidas activas de criação de emprego e reforço de novas metodologias de combate à exclusão social, levando a que condicionasse esta cooperativa a interiorizar os objectivos de apoiar as instituições com Centros de Economia Solidária. As estratégias delineadas assumiram os contornos para a integração socioprofissional dirigida a famílias e comunidades socialmente desfavorecidas; apoiar a criação de microempresas de inserção social e proceder à promoção, valorização e comercialização e distribuição de produtos das iniciativas de economia solidária, entre outros.

Os objectivos específicos visavam a inserção socioprofissional, a partir da auto-sustentabilidade e do auto-funcionamento de microempresas de economia solidária, a aquisição de competências sócio-laborais, do incentivo para “*skills*” intrinsecamente ligados às actividades do seu quotidiano; uso de metodologia de formação baseada no sistema “*on the job*”; processo de incubação socioprofissional para posterior inserção no mercado de trabalho, por via de planos de carreira e de acompanhamento técnico no período de transição.

¹⁸ Assume personalidade jurídica com a publicação dos seus Estatutos em Jornal Oficial a 15 de Maio de 2000 (III Série, nº 9)

É importante referir que constituíram a origem da CRESAÇOR nove instituições no ano de 2001, nomeadamente: Associação Aurora Social (Ponta Delgada, São Miguel); Associação Sol Nascente (Salga, Nordeste, São Miguel); Casa de Trabalho e Protecção à Juventude Feminina do Nordeste (Nordeste, São Miguel); Centro Social e Cultural da Atalhada (Lagoa, São Miguel); Cooperativa Celeiro da Terra (Povoação, São Miguel); Cooperativa Senhora da Paz (Vila Franca do Campo, São Miguel); Cooperativa Kairós (Ponta Delgada, São Miguel); Ecosol – Centro de Economia Solidária (SCM Ribeira Grande, São Miguel); Etis – Centro de Economia Solidária (SCM Praia da Vitória, Terceira). Em 2003, na consolidação da actividade da Cresacor, regista-se a Associação Alternativa (Ponta Delgada, São Miguel); Associação Juventude Candelária (Candelária, São Miguel); Casa de Saúde de São Miguel – Instituto São João de Deus (Ponta Delgada, São Miguel); Associação Garça Tainha (Ponta Garça / Ribeira das Tainhas, S. Miguel); Associação Norte Crescente (S. António, São Miguel); Cooperativa de Economia Solidária Pescadores da Ribeira Quente (Ribeira Quente, São Miguel). Em Dezembro de 2008 registam-se um total de 23 associações que se deverão acrescentar às referidas, a Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores, (Santa Cruz, Flores) Associação Part'Ilha, (Fajã de Baixo, São Miguel), Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico (Fajã de Baixo, S. Miguel); a Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia (Maia, S. Miguel), a Associação ARRISCA, a Cáritas Ilha Terceira (Angra Heroísmo, Terceira), a Cooperativa de Artesanato de Santa Maria e o Grupo Social Santo Agostinho (Angra Heroísmo, Terceira). Na figura nº 3 encontra-se distribuído a rede de associados da CRESAÇOR pelos concelhos regionais dos Açores.

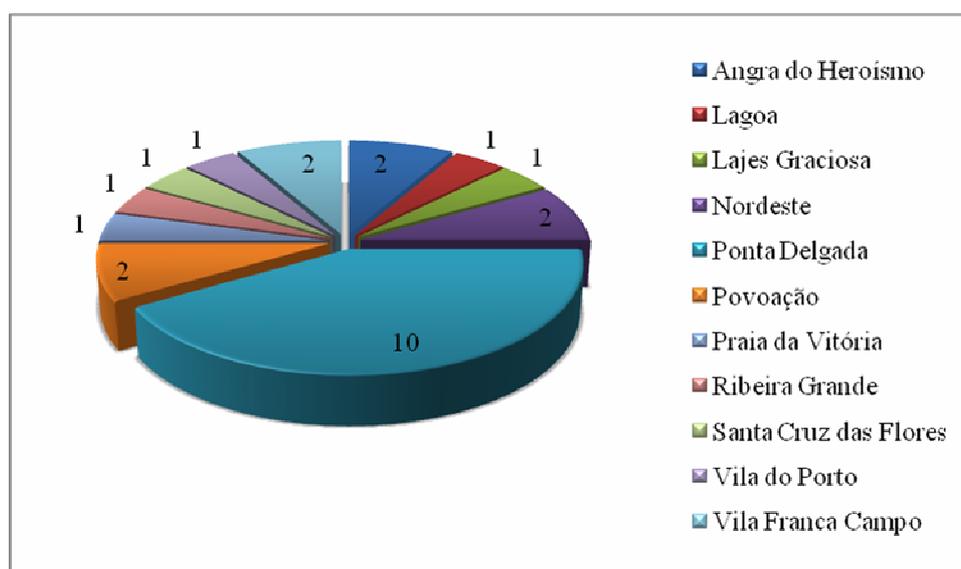


Figura 3: Associados da CRESAÇOR, distribuídos pelos Concelhos da R.A.A.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Associamos a CRESAÇOR ao nosso universo, por ser uma cooperativa que também desenvolve actividades de ES e tem empresas de inserção e estatuto oficial de Empresa de Inserção. Acrescenta-se o Centro Bem-estar Jacinto Ferreira Cabido que também tem o estatuto reconhecido oficialmente de empresa de inserção mas não é associado à rede de cooperantes da CRESAÇOR. E também contemplamos 7 IPSS em fase de “enamoramto” ao conceito, identificadas pelo: o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, (Fajã de Cima, São Miguel), a Associação Juventude da Ribeira Chã (Lagoa, São Miguel); a Associação Promoção Público Jovem (Ponta Delgada, São Miguel); Cáritas da Ilha do Faial, (Faial), Santa Casa da Misericórdia da Graciosa, (Graciosa) Associação Novo Dia, Ponta Delgada, São Miguel) Delegação da Associação Raríssima da Ilha do Pico, (São Roque do Pico, Pico). Assim, o nosso Universo é composto por 32 organizações (Figura 4).

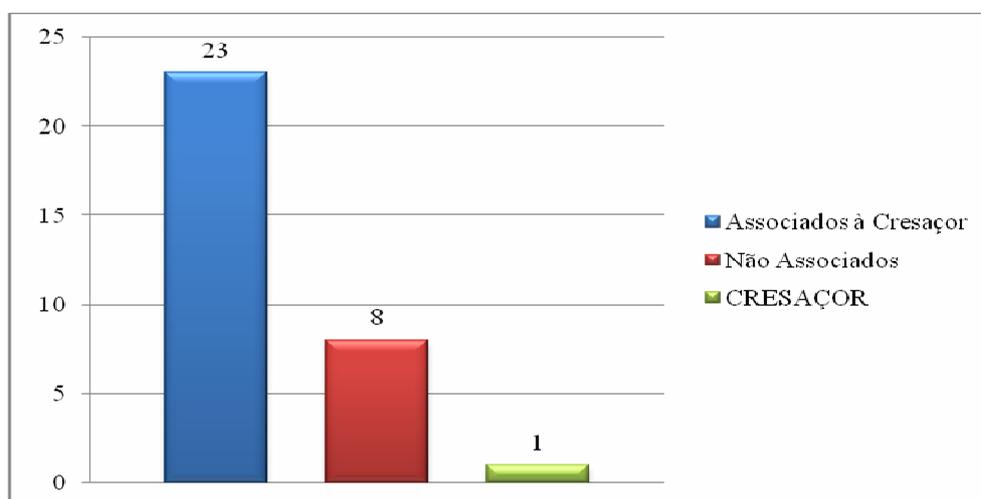


Figura 4: Cenário do Universo da Análise da Economia Solidária na R.A.A.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

É de fácil leitura que, de um universo de 32 organizações, 23 pertencem à rede de Economia Solidária Açoriana. Ressalva-se para o facto de se assumir que a CRESAÇOR está incluída nessa Rede, ou seja, existem 24 organizações de ES e 8 organizações que ponderam a adesão à rede.

3.4. CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS AÇORES

A inexistência de estudos nesta área com referência ao universo dos Açores, levou a que a autora utilizasse *drafts* de estudos realizados nos programas comunitários INTERREG IIIB GESGUNFO e ESCALA, no período de 2005 a 2008.

Estes estudos tinham como objectivo alertar e mobilizar as empresas para se dotarem de uma maior capacitação no domínio da RSE. Para que se potenciasse uma intervenção mais eficaz ao nível da sustentabilidade, diversidade, igualdade de oportunidades e envolvimento na comunidade, houve a necessidade de instrumentalizar e criar referenciais para uma área que, sendo recente, carece de maior sustentação e fundamentação.

Assim, genericamente, as práticas de RSE nos Açores são caracterizadas pela existência de práticas informais de carácter ocasional, não estruturadas e formalmente não integradas na estratégia da empresa/organização. Existe um grande desconhecimento acerca do tema e enquanto conceito está associado ao cumprimento das normas legais. No entanto, as práticas estão bastante presentes na realidade das PME açorianas.

O facto da RSE ainda não ser perspectivada de forma completa e de não surgir de forma integrada na gestão, conduz a que seja gerida, ainda, como um conjunto avulso de práticas, desenquadradas da estratégia global da organização, não desviando das conclusões de estudos realizados em Portugal Continental.

A constituição de uma Rede de Embaixadores de RSE/O nos Açores, constituída em 2007 visa dar suporte à implementação da Responsabilidade Social nas organizações nos Açores, através de laboratórios práticos e interactivos de produtos de RS. Esta rede já contabiliza 23 Empresas, com objectivo de apresentar uma visão prática das vantagens da introdução de estratégias de responsabilidade social nas empresas e organizações, promover a reflexão conjunta sobre os desafios acrescidos das organizações, salientar a importância do diálogo e o trabalho com todos os *stakeholders*, bem como a discussão de novos modelos de desenvolvimento económico e regional.

3.5. ANÁLISE DE DADOS

As organizações que compõem o universo da Economia Solidária dos Açores, desenvolvem actividades económicas como a produção de bens e serviços em contexto de trabalho visando a reinserção social, pessoal e profissional de grupos desfavorecidos, dando-lhes a oportunidade que o mercado recusou. Ressalva-se para o facto de existir instituições que de momento não desenvolvem actividades de económicas mas que já desenvolveram ou que estão a dar início ao processo, como é o caso da Associação de Jovens da Ribeira Chã, do Centro Social e Paroquial de Fajã de Cima e da Associação Santo Agostinho.

As organizações disponibilizam uma grande variedade de serviços sociais aos quais as instâncias públicas não dão resposta como seja, o apoio às famílias e comunidades socialmente desfavorecidas através do apoio activo à educação, formação e integração profissional por via da inserção socio-económica.

Da análise das actividades desenvolvidas, elejam-se e uma vasta variedade de actividade como a de pastelaria, tecelagem, serigrafia, guarda de crianças, formação, vinhos e licores, entre muitas outras, conforme se pode consultar na Figura 5.

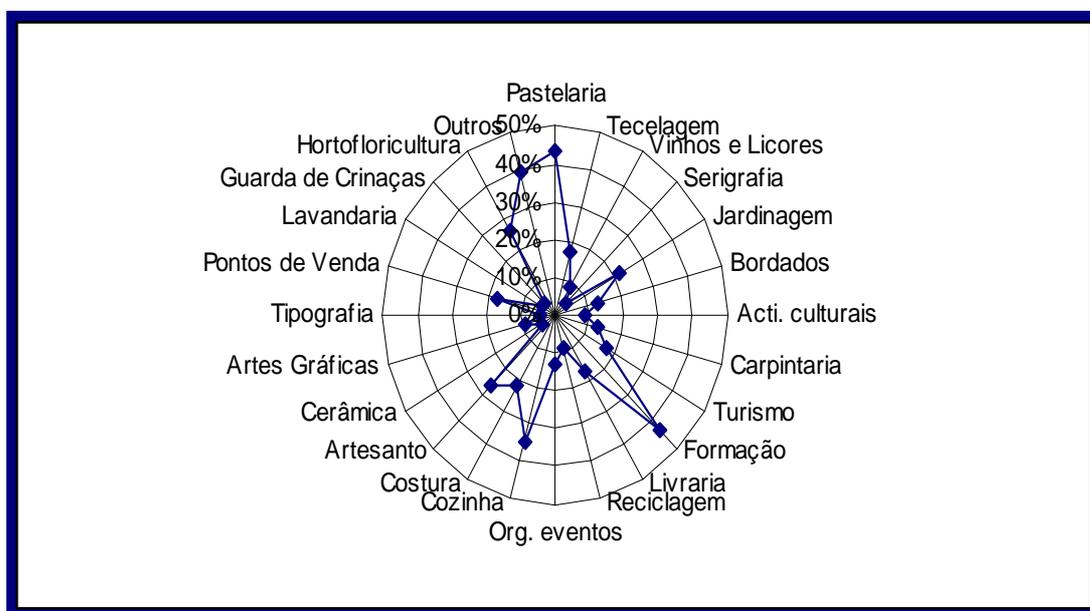


Figura 5: Distribuição de Actividades das Empresas de Economia Solidária.

Fonte: CRESAÇOR, Projecto GESFUNDO 2006.

Da leitura da figura 5, sobressai a relevância para a actividade de pastelaria e doçaria com 43%, de igual valor percentual à actividade formativa. Seguido de actividades relacionadas com a confecção de alimentos 35% e hortofloricultura e artesanato com 26%. Actividades com forte presença no mercado regional e de reconhecimento público da sua acção, como é exemplo a cooperativa Kairós, a associação Aurora Social, o Centro Social da Atalhada, a CRESAÇOR, entre outras.

A análise dos dados obtidos permite de uma forma geral avançar com a confirmação das hipóteses levantadas, onde centralizou-se na análise às questões relacionadas com as parcerias estabelecidas e/ou a estabelecer entre tipos de organizações, que permita obter sucessos em acções concretas na intervenção social, económica e ambiental.

De forma peremptória, a leitura dos dados com relação ao grau de importância atribuída às parcerias em actividades e projectos, os inquiridos respondem **que 60% elegem como muito importante existirem os laços de parcerias entre as actividades desenvolvidas** entre os dois sectores de actividades e logo de seguida as restantes respostas que englobam os 40% argumentando que é importante. Com estes dados, o universo não vacila na necessidade e na importância de trabalhar em conjunto com as empresas de mercado para a concretização de maiores êxitos constituindo redes por forma a canalizar as sinergias para uma intervenção global e concertada.

Neste seguimento, foi colocada a questão às organizações de ES sobre a mais valia de uma ligação mais coesa e estruturada entre o Sector privado e a Comunidade na prossecução de uma causa comum, cujos dados realçam para a grande expressividade do percentagem atribuída, cerca de 97% do universo, que concordam plenamente. Esta expressividade de percentagem leva a que se conclua, que de facto **existe a preocupação em partilhar os problemas sócias, económicas e ambientais entre todos os sectores de actividades e para além dos sectores a todos os indivíduos que fazem parte da sociedade** onde estão inseridos.

Este facto leva a que se corrobore com as teses dos vários autores para as questões da partilha das preocupações económicas, sociais e ambientais a nível mundial que assolam as todas as sociedades contemporâneas e que se continue a apelar à mobilização das partes (de todos os indivíduos) para a realização do bem comum, ou seja, ao reconhecimento público para a importância do estabelecimento das redes de trabalho (parcerias) nas Sociedades Modernas.

Realçamos, que para esta questão, regista-se uma única organização que discorda com a referida relação que de facto será importante perceber esta resposta, uma vez que é uma organização de ES e que tem ligações com o sector privado, na área da hotelaria e restauração em geral (serviço de Coffe-breck) mas sendo uma questão fechada, não nos é possível justificar esta discordância. Mas fará todo o sentido explorar futuramente. Feita a análise à questão sobre a **necessidade das empresas de inserção constituírem parcerias com as empresas do sector privado ou sector público 50% das organizações inquiridas consideram muito importante**. E logo de seguida o registo de 47% que evidenciam a importância dessas parcerias.

Inquirida, novamente sobre a **conveniência de existir uma maior proximidade entre os sectores 84% das respostas obtidas concordam totalmente** com as vantagens em constituírem estratégias para a resolução de problemas sociais. O que permite reforçar e ampliar o espaço de ligação que deverá existir entre a ES e RSE. Existindo uma forte vantagem e utilidade em reunir os esforços para a aplicação dessas parcerias sem custos excessivos para ambos os sectores através de uma racionalização de recursos e meios humanos para a construção de uma cidadania efectiva e plural. Na Figura 6, é perceptível o interesse em estabelecer relações parceiras com o sector publico e com o sector privado como forma de dar a continuidade dos esforços desenvolvidos nas empresas de inserção, como sejam, o aumento das competências profissionais, pessoais, e sociais para que os indivíduos sejam integrados no mercado de trabalho, contribuindo na missiva do combate à pobreza e exclusão social que é uma luta de Todos.

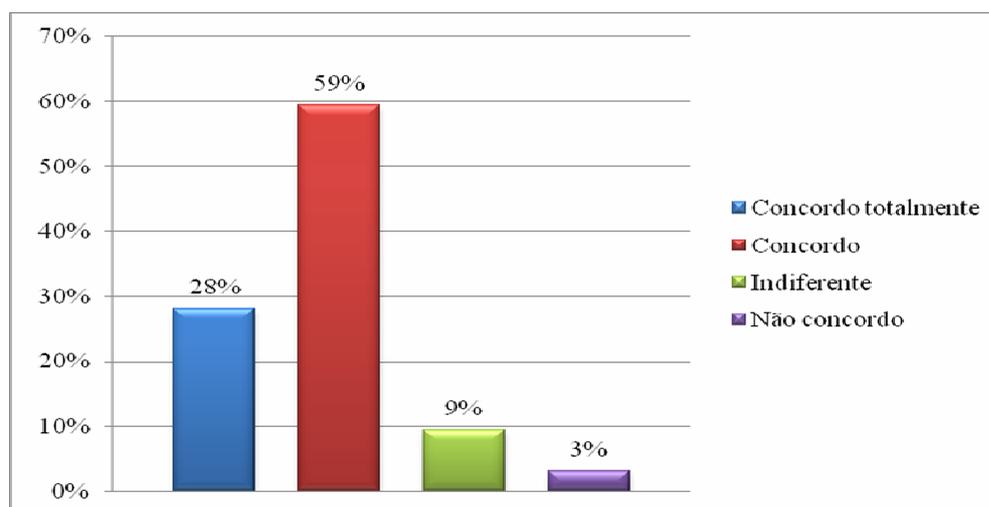


Figura 6: Partilha de Preocupações Sociais com as Empresas na promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Da análise a esta questão, pode-se constatar que subsiste uma diferença entre a escolha do item concordo totalmente e o concordo, pelo facto das respostas terem sido dadas pelos dirigentes das organizações de ES e terem sempre, de facto assumido a sua missão enquanto dirigente desse categoria de organização (associativa) assumirem a responsabilidade de que se reveste a sua função em preocupar-se dessas questões.

No entanto, assiste-se à diferenciação das opiniões entre o muito e moderado, talvez por não sentirem a necessidade efectiva do sector privado em também em assumir uma cota parte da responsabilidade pela inserção social dos indivíduos que ficaram à margem da participação cívica na Sociedade. As parcerias são motivos para estabelecer relações de proximidade entre os diferentes cenários organizacionais, dos quais destacam-se os principais motivos no gráfico de barras, explícito na Figura nº 7.

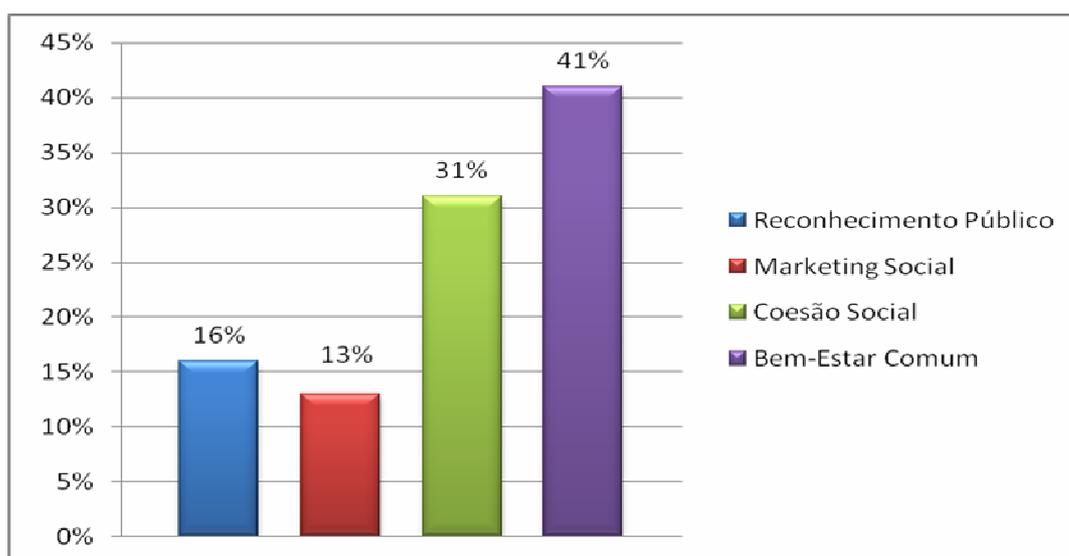


Figura 7: Motivos identificados pelas organizações de ES para que as Empresas do sector publico e/ou privado estabeleçam parcerias.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

A interpretação da Figura 7 permite-nos ler a opinião dos inquiridos quanto ao principal motivo para o estabelecimento das parcerias entre as empresas do sector publico e/ou privado com a ES. A resposta com maior percentagem 61% é no item de escolha, preocupação com ao bem-estar da comunidade e logo da Sociedade. Este resultado nos apraz relativamente à percepção das relações para com a problemática da coesão social. Estes valores subjacentes aos motivos em constituir parcerias, confirmam a intenção de que as relações devem assumir

uma forma de estratégia de gestão entre a ES e a RSE como ferramentas de intervenção concertadas em diferentes esfera de actuação. E que embora em diferentes cenários ambos concorrem para os objectivos de construir um modelo de Mundo solidário, com características que devem marcar a diferença de actuação do modelo economicista em voga.

Estas conclusões vêm no sentido de corroborar as tese cuja visão temática sobre o equilíbrio da humanidade permita a identificação da propensão para o apologismo da prática de RSE, e da ES, com as ressalvas de que as razões que os sustentam não sejam absolutamente coincidentes.

Importa pois, que o compromisso das empresas sejam de facto prosseguir por razões éticas e morais ou que represente uma preeminência competitiva, e/ou a subsistência da relação estreita entre os dois argumentos, não sendo possível identificar o predominante ou fulcral.

É uma expectativa para todos nós, que as atitudes dos gestores do sector público e/ou privado, assumam cada vez mais a participação na promoção da qualidade de vida da Comunidade e concludentemente ao maior afincamento pela promoção de um desenvolvimento sustentável.

Da análise dos dados, também permite aferir o grau de utilidade atribuída às actividades assumidas nos princípios da ES. Assim, importa realçar que as respostas vão no encontro do item **muito importante e importante sobre a hipótese da ligação entre os dois modelos de economia (Terceiro sector e sector Privado) conduzindo à conclusão que é uma relação desejável para atingir os objectivos comuns**. O que pelas análises dos dados condiciona a **aceitação da Hipótese 1 colocada nesta dissertação**.

H1 – Existe uma grande necessidade de se estabelecer uma boa relação (virtuosa) entre a Economia Solidária do Terceiro Sector e a Responsabilidade Social do Sector Público e Privado, cujos conceitos são instrumentos de gestão que visam a sustentabilidade do bem-estar comum.

Uma outra questão central desta investigação prende-se á confirmação ou não da hipótese nº2, que procura perceber quais as respostas que a RSE pode dar às acções e princípios da ES? E colocadas as questões iniciar-se-á por perceber onde é que é mais comum uma empresa do sector privado ter maior preocupação em intervir quando assume uma prática da RSE.

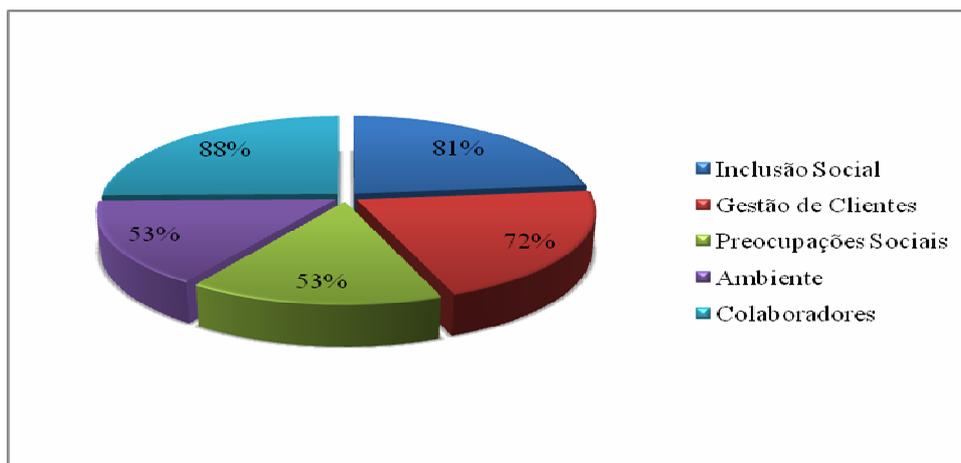


Figura 8: Práticas identificadas de RSE nas organizações de ES.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Da análise, à Figura 8, visualiza-se as respostas dadas às áreas de maior interesse de participação das organizações de ES na sua gestão interna. E sendo objectivo perceber se as organizações de ES têm práticas (claras) de RSE, colocamos os 5 grupos de itens para a escolha de comportamentos e feita a análise, é facilmente apreendido que as preocupações vão de encontro às motivações para a inclusão social isto é, 88% de respostas afirmativas que permite fidelizar a percepção da importância das pessoas na gestão organizacional, seguido de 82% para as questões da inclusão social. Permite concluir que de facto a ES também engloba nos seus princípios os princípios da RSE na sua gestão organizacional.

Da análise à questão sobre a importância da participação das empresas na solução de problemas sociais 53% concorda plenamente e 31% concorda, relevando a importância para as parcerias, confirmando a insuficiência da instrumentalização dos meios à disposição da organização da Sociedade civil não serem suficientemente capazes de fomentar e estimular a resolução dos problemas sociais, sem de facto a com a intervenção de todos os tipos de organização.

Na análise da Figura nº 9, assume expressividade os 75% das respostas atribuídos ao item “muito importante” relativamente ao grau de importância de ligação da ES aos sector privado. Sendo uma necessidade para dar continuação ao trabalho iniciado nessas empresas de inserção.

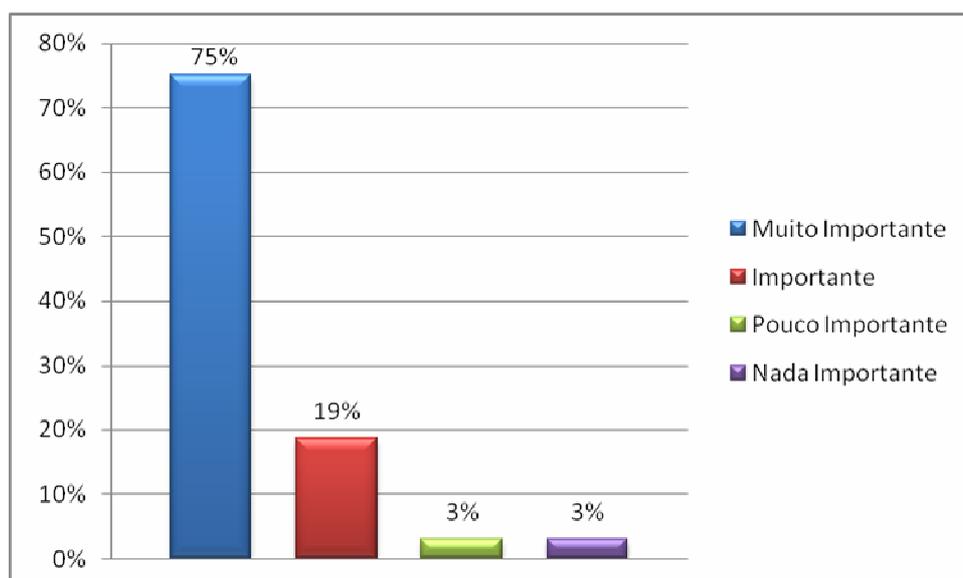


Figura 9: Importância da Participação das Empresas com as Organizações de Economia Solidária.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

A leitura para a importância do elo entre mundo empresarial e as empresas de inserção poder-se-ão fazer na base da assumpção de que as práticas de responsabilidade social assentam numa “relação ética e transparente com todas as suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável”. Os novos valores e as prioridades das parcerias deverão ter como pilar a responsabilidade e a solidariedade que deverão ser acções que norteiam a gestão empresarial, não descuidado dos objectivos economicistas destas questões.

Não sendo necessário para que tal aconteça redobrar os esforços na procura de campos de intervenção nem nos modos como será feito, basta pois, aplicar instrumentos já testados na mais valia das intervenções conjuntas e participativas em redor do bem-estar comum.

Na prática, quando colocamos a questão, para identificar as vantagens em estabelecer parcerias com as Empresas, a maior (%) das respostas recaí sobre o privilégio de estabelecer o contacto com o meio empresarial para que através dos contactos com os profissionais de empresas e outros públicos (clientes e fornecedores) possam escoar a sua produção das suas áreas de especialização como também conseguir facilidade de estágios a fim de poderem preparar e apoiar a transição para o mercado de trabalho de emprego os seus públicos alvos. (Figura 10).

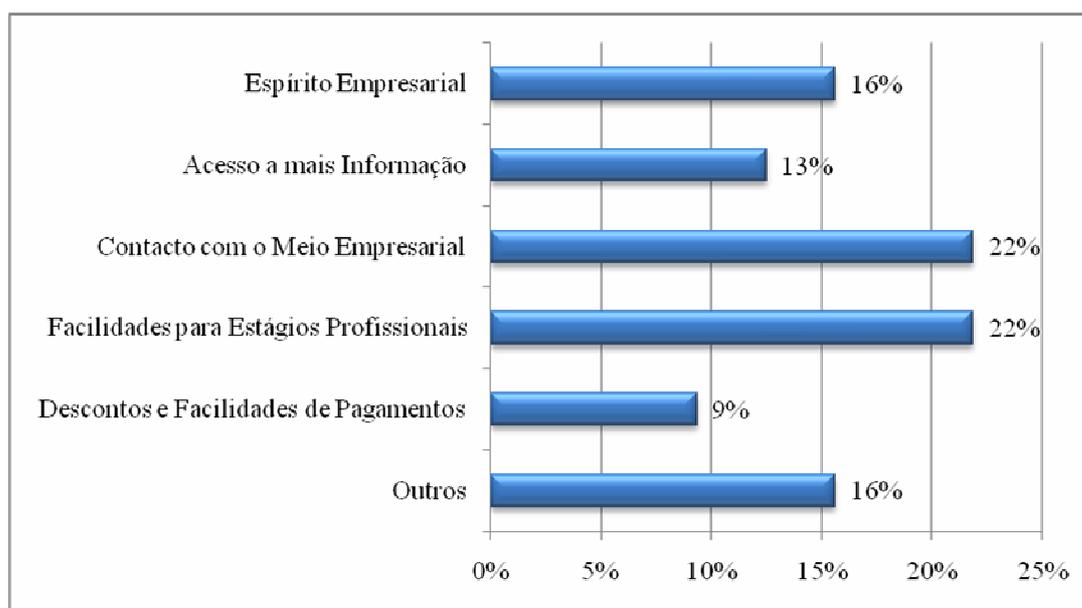


Figura 10: Motivos para Estabelecer Parcerias com as Empresas do Sector Privado.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

De facto, existem muitas formas de actuação e de participação das empresas socialmente responsáveis com as organizações de ES, como são exemplo, os processos de formação, através da disponibilização de formação às organizações de ES, com o conhecimento e a disponibilidade do seu quadro técnico para áreas fundamentais como: a gestão, a contabilidade, o marketing, a logística, as técnicas de comercialização, de participação de projectos em de iniciativas comunitárias ou nacionais, entre outras. A contratação de serviços a estas organizações dão garantias de continuidade da instituição e simultaneamente a empresa terá a acesso a um serviço de qualidade e socialmente responsável. Voluntariado para acções concretas destas instituições (nomeadamente, trabalhos com a comunidade, angariação de fundos), entre muitas outras. São desafios de novos tipos de intervenção socioeconómica que através do estabelecimento de geração de novas políticas económicas que favorecerão os desempregados de longa duração, os jovens, ausentes do mercado do trabalho, dos indivíduos com deficiência, possibilidades de inserção no mercado laboral; para assegurar a actualização o nível de competências dos trabalhadores; fomentar os processos de modernização do público e das organizações de Economia Solidária que favorecem a criação e a estabilidade de postos de trabalho; para lutar a segregação horizontal e vertical assim como a discriminação do salário e favorecer a conciliação da vida do familiar e do trabalho; favorecer a mobilidade laboral; favorecer a inserção laboral.

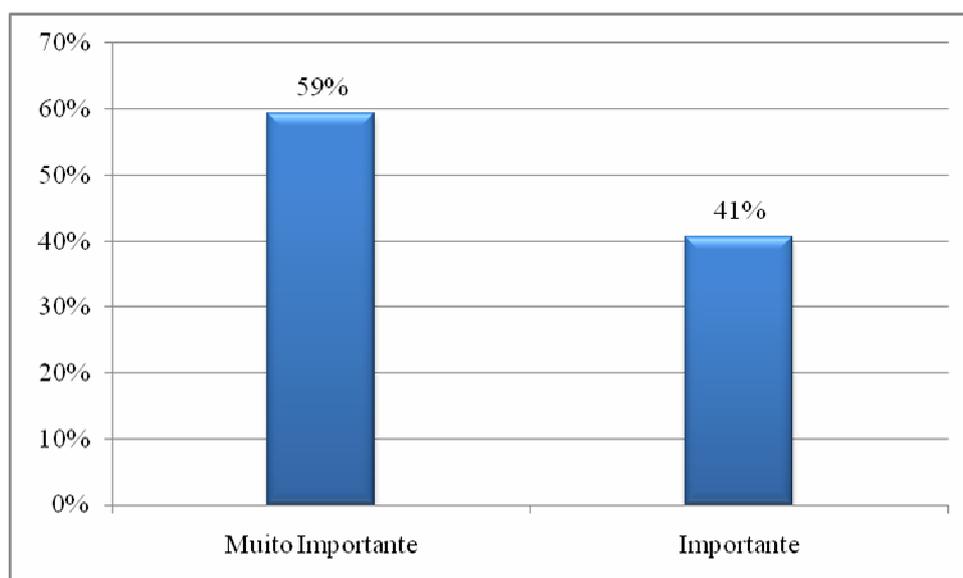


Figura 11: Importância em Estabelecer Parceiras como contributo à promoção do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Quando questionado sobre o interesse em estabelecer parcerias com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, as respostas foram mais uma vez para o muito importante com uma taxa de 59 % seguido de 41%, não registando nenhuma outra tendência (Figura 11). Confirmando que o universo açoriano, assume que o papel das parcerias é fundamental entre as organizações pois, além de ter acesso a mais informação sobre o mercado, podem evitar correr riscos específicos, devido ao não conhecimento de algumas regras e práticas de negócio. Outras mais-valias das parcerias são: assimilação das competências dos parceiros, ganhar vantagens de proximidade, aproveitar redes de distribuição existentes, potenciar a reputação regional, nacional e internacional, coordenar competências.

Questionados sobre o grau de participação das empresas na resolução dos problemas sociais, os resultados contrariam a ideia que é da responsabilidade das entidades públicas e das ONGs minimizar os efeitos nocivos causados pela sociedade de consumo.

A Figura 12 indica as tendências das respostas, com ressalva para os 59% das respostas no item concordo e 28 % concordo totalmente.

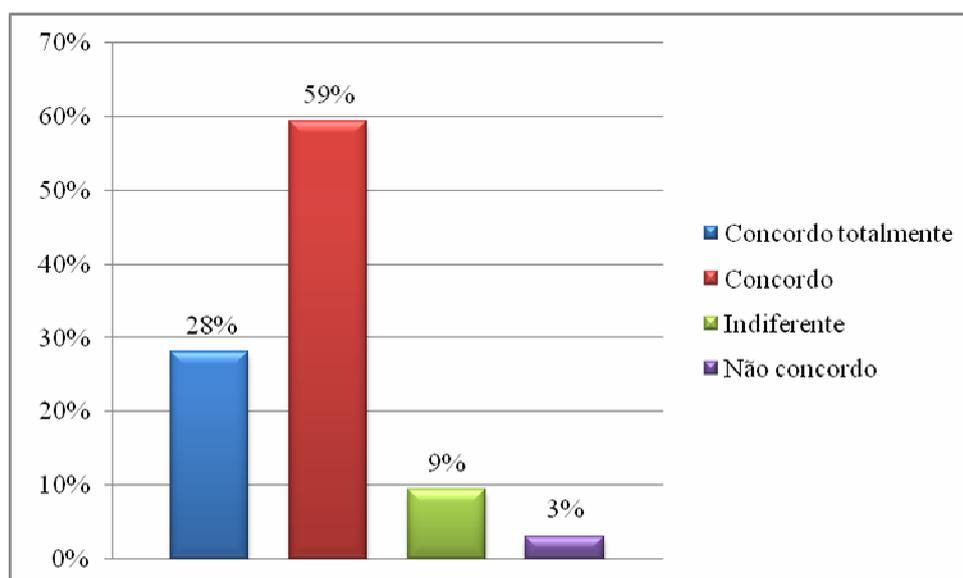


Figura 12: Análise da concordância da participação das empresas na participação da resolução de problemáticas sociais.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

As vantagens que os investimentos sociais acarretam para as empresas são de várias ordens, como são exemplos o elevado comprometimento dos seus colaboradores, na ajuda a reter talentos, na redução de impostos, em algumas modalidades de investimentos podem usufruir de incentivos fiscais. Em suma, com a elevada reputação institucional a sociedade sabe reconhecer e respeitar uma Empresa Socialmente Responsável: agregando o valor à marca e melhor o posicionamento no mercado.

São desafios de novos tipos de intervenção socioeconómica que, através do estabelecimento de uma geração de políticas económicas, irá favorecer os desempregados de longa duração, os jovens, os ausentes do mercado do trabalho, os indivíduos portadores com deficiência, permitindo a inserção no mercado laboral; assegurando a actualização do nível de competências dos trabalhadores; fomentando os processos de modernização do público e das organizações de economia solidária que favorecerá a criação e a estabilidade de postos de trabalho. Permitirá, ainda, combater a segregação horizontal e vertical, bem como a discriminação do salário, promovendo a conciliação da vida familiar e do trabalho, a mobilidade e inserção laborais. É perceptível ao longo da análise dos inquéritos a forte aspiração das organizações de ES de estabelecer e/ou reforçar a ligação com as empresas, reforçando as acções desenvolvidas o que remete à validação da hipótese em estabelecer ligações mais coesas a dar prossecução dos objectivos desenvolvidos.

Constituindo por isso, a provocação de constituir oportunidades de valorizar acções e práticas promotoras da coesão social, da cidadania, o fomento às organizações de assumirem de forma crescente a sua vertente solidária, com acções empresariais e organizacionais compatíveis com o meio ambiente com a ética e com valores transparentes.

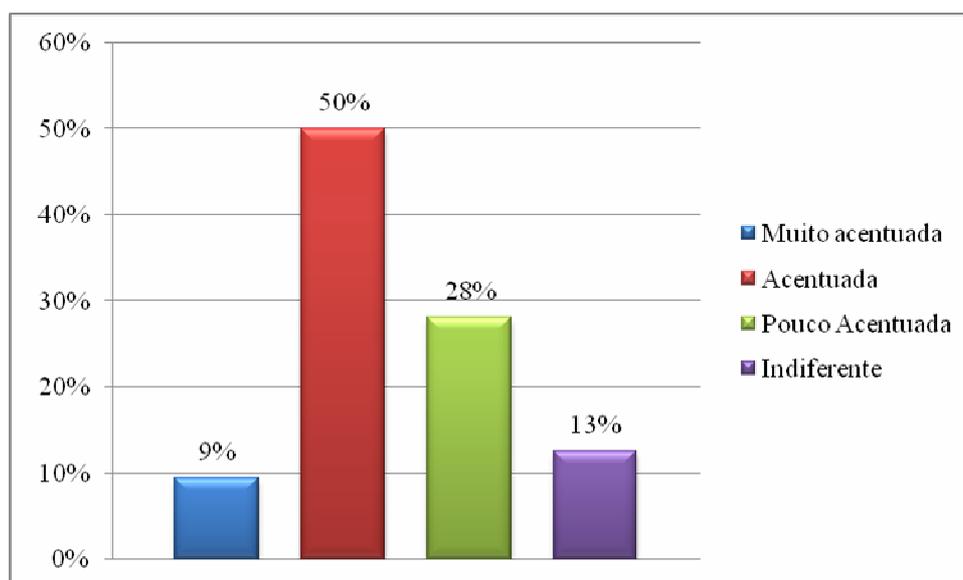


Figura 13: Mais valia de partilhar preocupações sociais com as Empresa na promoção do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Com estas respostas, conclui-se que é primordial e indispensável que as empresas participem na construção de modelos de gestão que conciliam progresso económico, social e ambiental de forma sustentável. O mercado consumidor saberá julgar as empresas que desprezarem essa regra. As empresas preocupadas com o Desenvolvimento Sustentável são cada vez mais as escolhidas pelos consumidores, atraem investimentos e são empresas que praticam acções de Governança Corporativa com valores mais transparentes e seguros para os investidores.

Os conceitos de ES e RSE promovem o espírito de boa cidadania tanto a nível interno, no aumento da satisfação, motivação do espírito de pertença dos trabalhadores às empresas e melhoria do seu bem-estar, como a nível externo, no aumento da notoriedade da empresa, com o reforço da credibilidade da marca e da imagem da organização, maior satisfação de clientes e fornecedores, diferenciação positiva face à competitividade e melhores relações com a comunidade em geral, traduzidos na criação de valor e na melhoria dos resultados para Todos.

Com os dados adquiridos ao longo desta análise permite aceitar a segunda hipótese.

H2 – É muito valorizado para as organizações de Economia Solidária a existência de parcerias com outras empresas quem têm diferentes modelos de gestão a fim de dar continuidade à missão dessas organizações. Essa relação deverá passar por um fortalecimento de parcerias que implica benefícios e mais valias para a Sociedade.

O envolvimento das partes interessadas, a todos os níveis, contribui para o reforço da importância da parceria na resolução dos problemas complexos e multifacetados inerentes às políticas actuais em matéria de emprego, inclusão social e capital humano.

O apelo com a mensagem de que deverão estar Todos (sector público, privado, Terceiro sector) envolvidos em acções conjuntas contribuindo para uma melhor actuação de todos para a melhoria do bem-estar social, económico e ambiental da Comunidade. Os interesses mútuos tornar-se-ão práticas de responsabilidade comum num contributo para o desempenho económico e social numa forma de estar solidária.

Esta relação permitirá melhorar de forma decisiva o ambiente necessário para o crescimento, se as diferentes partes envolvidas na governação social considerarem a coordenação e a parceria como um bem comum.

3.6. A ANÁLISE ESTATÍSTICA CONFIRMATÓRIA

Para procedermos ao teste da primeira hipótese, foram escolhidas as questões nº 3 e a nº 7 do questionário, que procuram relacionar com os conceitos de Economia Solidária e Responsabilidade Social, e as questões nº 9 e a nº 10, relacionadas com o conceito de desenvolvimento sustentável.

A opção por estas questões deve-se ao facto das respostas possíveis estarem na escala de Likert, facilitando, assim, a interpretação dos resultados dos testes utilizados.

Foram efectuados seis testes de Qui-Quadrado para analisar a relação de dependência e homogeneidade entre os conceitos de Economia Solidária e Responsabilidade Social (questões dois, três e sete) e o conceito de Desenvolvimento Sustentável (questões nove e dez).

Descrevendo algumas dessas análises, podemos concluir através dos testes de Qui-Quadrado que foram utilizados para analisar a relação de dependência e homogeneidade entre os

conceitos de Economia Solidária e Responsabilidade Social (questões dois, três e sete) e o conceito de Desenvolvimento Sustentável (questões nove e dez) e os resultados permitem-nos concluir que todos os testes foram significativos, para um nível de significância de 5%.

Tabela 1: Teste do Qui -Quadrado para as questões colocadas no Questionário nº 2 e nº 9.

		Preocupações com a promoção do desenvolvimento sustentável nos actos de gestão Empresarial				
			Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Total
Participação das empresas na resolução das questões sociais	Concordo Plenamente	Count	12	6	1	19
		Expected Count	10,1	7,1	1,8	19
	Concordo	Count	5	5	2	12
		Expected Count	6,4	4,5	1,1	12
	Discordo	Count	0	1	0	1
		Expected Count	0,5	0,4	0,1	1
Total	Count	17	12	3	32	
	Expected Count	17	12	3	32	

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,580(a)	4	0,466
Likelihood Ratio	3,822	4	0,431
Linear-by-Linear Association	2,209	1	0,137
N of Valid Cases	32		

Conclusão: Teste significativo para $\alpha=0,05$

Fonte: Análise de Dados SPSS inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Tabela 2: Análise das questões nº 3 e nº 9 aplicando o teste do Qui-Quadrado.

	Preocupações nos actos de gestão com a Promoção do Desenvolvimento Sustentável					
			Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Total
Ligações entre as Organizações de Economia Solidária e as Empresas	Muito Importante	Count	11	5	0	16
		Expected Count	8,5	6	1,5	16
	Importante	Count	6	7	2	15
		Expected Count	8	5,6	1,4	15
	Não Responde	Count	0	0	1	1
		Expected Count	0,5	0,4	0,1	1
Total	Count	17	12	3	32	
	Expected Count	17	12	3	32	

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	13,142(a)	4	0,011
Likelihood Ratio	9,649	4	0,047
Linear-by-Linear Association	7,829	1	0,005
Not Valid Cases	32		

Fonte: Análise de Dados SPSS inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Como apenas uma organização de ES não respondeu, eliminamos esta linha melhorando as condições de aplicabilidade do Teste do Qui-Quadrado. Continuando a aplicação do teste do Qui-Quadrado às questões 7 e 9 para nos permitir dar mais sustentação às questões colocadas à hipótese 1. Utilizamos, como nas análises anteriores, o método de análise através de *Crosstabs*:

Tabela 3: Análise da importância da gestão com as questões do Desenvolvimento Sustentável.

	Importância da Gestão se envolver com o Desenvolvimento Sustentável					
			Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Total
Práticas de RS relacionadas com o Ambiente	Muito Acentuada	Count	2	1	0	3
		Expected Count	1,6	1,1	1,3	3
	Acentuada	Count	10	6	0	16
		Expected Count	8,5	6	1,5	16
	Pouco Acentuada	Count	4	3	2	9
		Expected Count	4,8	3,4	0,8	9
	Indiferente	Count	1	2	1	4
		Expected Count	2,1	1,5	0,4	4
Total	Count	17	12	3	32	
	Expected Count	17	12	3	32	

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,721(a)	6	0,455
Likelihood Ratio	6,846	6	0,335
Linear-by-Linear Association	3,832	1	0,05
Not Valid Cases	32		

Fonte: Análise de Dados SPSS inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Conclusão: Teste significativo para $\alpha=0,05$

Todos os testes foram significativos para um nível de significância de 5%. No entanto, os resultados são apenas indicativos, pois as condições de aplicabilidade do referido teste não foram satisfatórias (mais de 20% das classes têm valor esperado inferior a 5), provavelmente pelo facto de em quase todos os casos haver muito poucas observações nas classes inferiores, facto este que vem, no entanto, **reforçar a aceitação da primeira hipótese.**

Quanto à segunda hipótese central, foram escolhidas as questões 16, 18 e 20 do questionário, relacionadas com as parcerias entre as organizações de Economia Solidária e as outras empresas.

A opção por estas questões deve-se ao facto, mais uma vez, por apresentarem hipóteses de respostas de acordo com a escala de Likert. Foi efectuado um teste não paramétrico para comparação de médias das questões referidas anteriormente. O objectivo é verificar se é possível admitir que as médias de respostas nas três questões não são significativamente diferentes.

Tabela 4: Análises das Médias não são significativamente diferentes.

NPar Tests

Runs Test

	Considera importante que as empresas conheçam a Missão e Valores da ES?	Considera importante existir as parceiras como promoção ao desenvolvimento sustentável?	Considera importante que as ES tenham apoios privilegiados com as outras empresas?
Test Value(a)	1,63	1,41	2,06
Cases < Test Value	14	19	25
Cases >= Test Value	18	13	7
Total Cases	32	32	32
Number of Runs	15	22	12
Z	-0,457	1,888	0
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,648	0,059	1

(a)Mean

Fonte: Análise de Dados SPSS inquérito lançado em 2008, no âmbito deste trabalho de investigação. Anexo II.

Com a aplicação do teste não paramétrico para comparação das médias para as questões 16, 18 e 20, o seu resultado foi significativo, para um nível de significância de 5%, **aceitando-se também a segunda hipótese**. São, claramente, iniciativas de resposta consistentes em termos de inovação económica, social e ambiental.

A confirmação das hipóteses colocadas nesta investigação permite comprovar que há uma reivindicação de um novo dinamismo à rede social, cuja urgência passa pela mobilização e forte consciencialização deste tipo de compromisso de modo a transformá-los em poderosos instrumentos de intervenção de combate à exclusão social e à luta contra a pobreza.

É, portanto, imperioso uniformizar procedimentos na construção de soluções que contribuam para o aumento e melhoria das formas, fundos, canais de solidariedade, na adopção de iniciativas específicas para as estratégias que promovam um desenvolvimento sustentável, menos desigual e socialmente mais justo num ambiente saudável e duradouro.

A concretização do desenvolvimento através de parcerias, como exercício de cidadania, envolve cada vez mais a sociedade civil e o sector empresarial, as organizações governamentais e não governamentais assumindo, todas elas, novos papéis no campo social, económico e ambiental

Assistimos a uma crescente valorização e reconhecimento, por parte das organizações, de acções concertadas de desenvolvimento das práticas de responsabilidade civil e organizacional. Ambos os conceitos pretendem constituir relações éticas, solidárias, eficazes e eficientes, com uma relação de bem-estar com todas as partes interessadas e não comprometendo os recursos às gerações vindouras, porque é claro que uma Sociedade com uma consciência mais apurada torna-se também numa sociedade mais exigente. A relevância desta discussão é transversal a toda a sociedade, abrangendo um vasto espectro de actores sociais, como seja a comunidade em geral, principal beneficiário dos resultados da confluência necessária da abordagem ao tema do desenvolvimento com sustentabilidade, com a promoção de políticas que conduzem ao bem-estar económico, social e ambiental.

A ideia de realizar um projecto comum só fará sentido se partilhado por todos os intervenientes, incluindo Empresas. É perceptível que as organizações de ES anseiam estabelecer ligações concretas e estruturadas com o sector público e privado. O que permitirá a congregação de sinergias de acções conjuntas em prol da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Terão que ser assumidas por ambos os lados.

Essa meta ao ser alcançada exige um elevado grau de esforço e de reforço de auto-estima da comunidade pelos laços de solidariedade no acolhimento de questões tão básicas e essenciais como são a problemática da exclusão social, da preservação ambiental, da pobreza, implicando um sinal de mudança de mentalidade e de reorganização dos nossos modelos de gestão associando as parcerias para essa mudança de paradigmas. As respostas serão possíveis com a proliferação das práticas de RSE ao celebrarem parcerias na base do voluntariado e da solidariedade valores da sua cultura empresarial. Maior consciência de que um desenvolvimento sustentável é crucial para o sucesso futuro e que não pode existir uma separação tão rígida entre o económico e o social assumindo a crescente relação intrinsecamente de ambos. Sendo categórico assumir e exigir um carácter transparente na divulgação das informações, estabelecer compromissos públicos, o envolvimento com as instituições do Terceiro Sector, criar metas sociais de curto e longo prazo.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES

A crise mundial instalada do Estado Providência e do modelo de desenvolvimento económico instaurou a falta de modo de regulação assente na política do pleno emprego e da absorção da acção associativa no modelo da concertação social. Assiste-se à crise financeira incidente na insuficiência do Estado na garantia da provisão do bem público, bem como a crise do trabalho tido como princípio da sustentação da regulação da ordem social e a crise da solidariedade reduzida à abstracção de uma relação burocrática proporcionada pelo Estado Providência. São de facto problemas sociais associados ao fenómeno do desenvolvimento que orientam-se cada vez mais, por valores fundamentais de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade partilhada, pela promoção da motivação comum. Mas é cada vez maior a consciência de que a articulação do conjunto destas orientações, embora crie uma maior complexidade, tem efeitos multiplicadores e crie sinergias claramente positivas.

Os novos contexto em que as novas exigências na era da globalização visam o desenvolvimento como um vector chave na construção de um modelo de Sociedade desenvolvimento esse assente em elevados valores de cidadania, com o superior interesse em assumir compromissos de responsabilidade através do fortalecimento de modelos de gestão organizacional.

E é no Terceiro sector com as organizações que o compõem que tendem a “defender os interesses colectivos, e a introduzir mecanismos de solidariedade, a intervir no mercado oferecendo bens e gerindo serviços. Isto pode ser interpretado como o resultado da incapacidade do mercado em responder onde a procura não é solvente ou onde exista crise relativa ao Estado de Bem-Estar, o qual tem tendência para delegar as suas funções no sector "privado social" (Donati, P.P., 1978) e devido ao seu menor custo e maior versatilidade, surgem as iniciativas designadas de solidariedade, que tendem a ser globalmente reconhecido como um sector de utilidade pública, não estatal e não lucrativo e supostamente avesso aos modos de organização burocrática e de mercado, frequentemente apresentado como alternativa (mais económica e flexível) da provisão estatal. E que frequentemente assumem a Economia Solidária.

Apesar de, ao longo desta investigação, terem sido feitas várias ilações e apontando sugestões de interligação com os objectivo definidos, será agora o espaço, de apresentar uma visão sobre a necessária combinação entre estes modelos de gestão. Esta gestão aplica-se às organizações do sector privado e às organizações do terceiro sector, justificando-se pelo facto de existir cada vez mais a necessidade de discutir a relação entre a Economia e a Sociedade num rumo com sustentabilidade.

A sustentabilidade e o contributo para a sociedade melhor e mais justa passa pela assumpção das empresas/organização em atitudes responsáveis percebendo e integrando o modelo de RSE e o modelo de ES em construir relações equilibradas. A gestão de capital humano deverá assentar no esforço contínuo de promoção do bem-estar de cada indivíduo constituindo a coesão social necessária e urgente. Os benefícios são idênticos para os dois lados, logo que bem equacionados e estudados as implicações dos resultados no capital social, capital humano, biodiversidade e capital reputacional (boa conduta), conceptualizando o “desenvolvimento integrado ou sustentado”, com as actividades económicas, sociais e políticas, envolvendo múltiplas instituições e agentes que deverão influenciar de todas as decisões. Em suma, palavras como mobilização, trabalho, participação, cooperativismo, parceria, edificam o desenvolvimento.

Foi possível certificar que é visível a urgência em evocar e amparar as questões que contribuem para a sustentabilidade, devendo estas perseguir a harmonia no desenvolvimento económico, ambiental e social, interagindo, de forma holística e transversal com uma panóplia de conceitos, cuja síntese deverá resultar da análise conceptual da economia solidária e da responsabilidade social das empresas. São conceito que cada vez mais assumem a função de instrumento de combate à pobreza e à exclusão social, na lógica de uma construção de uma sociedade coesa e equilibrada, através de várias dimensões de actuação na coesão social é um propósito fundamental na estratégia da sua promoção. Os seus principais enfoques assumem a actividade económica tendo em conta as pessoas, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, como referência prioritária, em relação aos outros interesses. Assumem questões de tal forma evidentes como a gestão do capital humano, a não discriminação, a igualdade de oportunidades e o acentuado ritmo de degradação do ambiente, que torna urgente adoptar medidas que influenciem a redução desses flagelos, apelando ao incentivo de novos comportamentos humanos e organizacionais que se enquadrem no cenário de um desenvolvimento sustentável.

Sendo categórico assumir um carácter transparente na divulgação das informações, estabelecer compromissos públicos, envolver-se com instituições do Terceiro Sector, atrair e manter talentos, desenvolver um alto grau de motivação e comprometimento dos funcionários, lidar com situações de conflito com habilidade e criar metas sociais de curto e longo prazo. Se as organizações não possuem uma conduta socialmente responsável poder-se-á estar a estimular a corrupção e a diminuição de padrões sociais e de trabalho, e provocando danos ambientais irreparáveis, promovendo a discriminação e o desrespeito pelos consumidores e outras partes interessadas. Para além do valor positivo no valor de mercado das organizações. Assistimos cada vez mais à preocupação dos consumidores em exigirem transparência e responsabilidade às Empresas na oferta dos seus bens e serviços, ou seja, surge cada vez mais a pressão social para que as organizações tenham comportamentos éticos e transparentes para que possam avaliar e controlar os impactos sociais e ambientais das actividades.

Com as leituras exploratórias realizadas pudemos concluir que subsiste uma percepção internacionalizada do conceito de desenvolvimento sustentável do conceito de Economia Solidária e do conceito de Responsabilidade Social, e assiste-se ao apelo, da necessidade do empenho mundial em certificar a diversidade, através da constituição das parcerias para a mudança e alcance do objectivo comum da estratégia da sustentabilidade, através do reconhecimento da importância da solidariedade humana, na promoção do diálogo e da cooperação entre os povos e civilizações do mundo e em simultâneo agir para abrandar o subdesenvolvimento. É perceptível ao longo da análise a reivindicação a este desejável dinamismo à rede social, cuja urgência passa pela mobilização à forte consciencialização deste tipo de compromisso, de modo a transformá-los em poderosos instrumentos de mudança de mentalidades e atitudes. A questão que importa enfatizar é a relevância das parcerias nos diferentes contextos organizacionais que deverão ser assumidas como forma de rentabilizar as missões. Assiste-se ao movimento das empresas e organizações, de todo o tipo, que tendem a demonstrar à Sociedade que têm uma consciência social e ambiental, e também uma preocupação com o bem-estar dos seus colaboradores, fornecedores, clientes e comunidades aliadas ao incremento de mais valor do seu ciclo de produção. Envolvendo nas suas acções, recíprocas e democráticas, da produção de bens e serviços, uma relação ética e moral para com os ambientes internos e externos às organizações, exigindo a mobilização para a utilização de instrumentos, através de “novos” conceitos, para a construção de uma lógica de projecto social.

É fulcral o envolvimento da comunidade empresarial na adesão aos princípios éticos, da pressão ou dos movimentos da sociedade civil, que advêm, igualmente, de uma interpretação das empresas e outras organizações para as práticas de responsabilidade social, contribuindo de forma peremptória na criação de valor e potenciando a gestão de activos intangíveis relacionados com o valor de mercado, imagem e marca, capital social, conhecimento, inovação, risco ou com a dinamização de redes.

A Economia Solidária apresenta modelos e propostas sustentadas em experiências bem sucedidas e exequíveis, por agir transversalmente nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, a economia, o social, o ambiental, o territorial e o cultural. A Economia Solidária é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação económica criando uma alternativa forte e sustentável. As práticas de RS têm tido destaque em muitas empresas nos últimos anos, através do desenvolvimento e ampliação de projectos sociais, já que o Estado não pode mais ser visto como o único a ter responsabilidades para com a sociedade.

O mundo empresarial defronta na responsabilidade social, uma nova estratégia para aumentar seu lucro e potenciar o desenvolvimento, conjugando estratégias empresariais competitivas por meio de soluções socialmente correctas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

A Responsabilidade Social insere-se na infra-estrutura e na cultura das organizações e as suas práticas de responsabilidade social devem fazer parte da vida das organizações, devendo ser incorporadas à gestão, aos valores, à missão e ao planeamento estratégico das Organizações.

Os conceitos de Economia Solidária e da Responsabilidade Social são instrumentos cada vez mais adoptados, e desejados conforme o contexto organizacional, trilhando formas de actuação conjunta, com instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social, na protecção ambiental, na criação de valor económico, na lógica da promoção de um Mundo e de uma Sociedade rica, coesa e equilibrada com estratégias sustentáveis. São preocupações que têm transformado as estratégias de gestão e de governação corporativa e que produzem a necessidade das empresas em actuarem de forma pró-activa na comunidade envolvente, com visões que vão de encontro à ênfase das novas formas de sociabilidade, baseada nas relações de proximidade e familiaridade em intermediação com a esfera pública.

É imperioso uniformizar procedimentos na construção de soluções que contribuam para o aumento e melhoria das formas, fundos, canais de solidariedade que podemos comprovar com a confirmação das hipóteses formuladas que **reconhecem a disposta relação virtuosa entre os princípios da economia solidária e as práticas da responsabilidade social das empresas**, no contexto das organizações de economia solidária.

O ênfase dados aos conceitos centrou-se na capacidade de promoverem um contributo à alteração das atitudes e das capacidades das pessoas, como exemplo, os temas como a participação, a igualdade entre homens e mulheres, os direitos humanos, os direitos sociais e culturais, as instituições globais e os bens públicos mundiais, demonstram um amplo horizonte de questões e áreas de actuação da cooperação para o desenvolvimento. Foi possível clarificar a utilidade da instrumentalização dos conceitos, quer na promoção das acções catalisadoras para o desenvolvimento sustentável quer no planeamento estratégico para a mobilização de novos desígnios: no ambiente; na nova ordem económica e os inevitáveis mundos novos das redes sociais. Com os pontos comuns de atingir o bem-estar sustentável associado a comportamentos éticos e solidários em equilíbrio com a Vida.

Estes conceitos assumem princípios que vão ao encontro da enfatização das novas formas de sociabilidade baseada nas relações de proximidade e familiaridade em intermediação com a esfera pública. São conceito que incrementam um aumento de práticas socio-económicas que surgem das iniciativas locais, portadoras de novos modo de funcionamento e de finalidade. É visível as acções recíprocas e democráticas na produção de bens e serviços bem como na relação ética e moral para com os ambientes internos e externos às organizações, exigindo a mobilização para a utilização de instrumento, através de “novos” conceitos, para a lógica do projecto social.

No contexto da Região Autónoma dos Açores, as organizações de Economia Solidária têm carências e registam a necessidade de relações “virtuosas” de parcerias com as empresas e entidades governamentais, no sentido de se completar sinergias de desenvolvimento no encontro de sociedades mais justas, mais equitativas exigindo renovação de comportamentos de cidadania como um grande desafio do Século XXI. Conforme os objectivos propostos neste estudo, feita a caracterização e partindo da observação dos casos que constituíram a nossa amostra apreendemos a sensibilidade das organizações de Economia Solidária em reconhecerem o valor benéfico do estabelecimentos de parcerias com as empresas de mercado, relação que poderá generalizar-se pelas boas práticas de responsabilidade social.

Na análise da experiência na Região Autónoma dos Açores, foi extremamente importante perceber a relação desejada por parte dos actores da Economia Solidária da Região Autónoma dos Açores com as empresas do sector privado, através de parcerias benéficas para ambos, com acções abrangentes à Sociedade global na acção do bem-estar e na promoção do desenvolvimento sustentável.

É importante promover a reflexão sobre o planeamento de estratégias políticas de acção: em todos os campos de actuação – económicas, sociais, ambientais, culturais, entre outras, pois existe uma disposta relação (virtuosa) entre os seus princípios. Também, a análise permitiu perceber a extrema importância em concordar com a continuação do trabalho iniciado nas empresas de ES. O que remete à conclusão de que de facto existe reconhecimento público da acção solidária destas organizações por parte do terceiro sector, e pela necessidade imperiosa de dar continuidade ou constituir parceiras na luta que é de Todos. Esta pesquisa recorreu à verificação de hipóteses com indicadores objectivos que tornaram possível exprimir a mensuração da relação desejável, com recurso à análise estatística.

Este estudo tem a presunção de reforçar o mote para a continuação do sonho contínuo ou da premonição de que as actividades Económicas tomem a missão generalizada de Solidariedade para a promoção de uma Sociedade com mais valores éticos e morais construindo e exigindo a renovação de comportamentos de uma Cidadania de vanguarda nos desafios de uma coesão mais social no Século XXI.

A sustentabilidade e o contributo para a sociedade melhor e mais justa passa pela assumpção das empresas/organização em atitudes responsáveis, e desde logo, percebendo e integrando o modelo de RSE em construir relações equilibradas. A gestão de capital humano deverá assentar no esforço contínuo de promoção do bem-estar de cada indivíduo constituindo a coesão social necessária e urgente. Os benefícios são idênticos para os dois lados, logo que bem equacionados e estudados as implicações dos resultados no capital social, capital humano, biodiversidade e capital reputacional (boa conduta), conceptualizando o “desenvolvimento integrado ou sustentado”, com as actividades económicas, sociais e políticas, envolvendo múltiplas instituições e agentes que deverão influenciar de todas as decisões.

Vivemos numa época em que, diariamente, somos confrontados com o ritmo acelerado de transformações sociais que fazem mudar, de modo por vezes quase imperceptível, os comportamentos, as mentalidades e as próprias necessidades dos agentes e das instituições. Num mundo que se quer de sujeitos livres, autónomos e responsáveis, todos temos direitos e deveres que devem ser observados como forma de garantirmos o desenvolvimento de uma sociedade mais solidária e de um quotidiano mais feliz. Hoje, mais do que nunca, fala-se diariamente da necessidade do exercício de uma cidadania activa, plena e consciente, apelando à participação, como sinal de desenvolvimento das sociedades democráticas. A participação na vida pública, a discussão dos temas que no plano local interessem à comunidade ou às comunidades não são tarefas ou incumbências que devam ficar reservadas a uns quantos, mas devem ser entendidas como exigências que convocam o interesse e o melhor de todos nós. Por isso, estimular o debate e o interesse pela discussão da coisa pública é também uma tarefa dos poderes públicos porque, infelizmente, não podemos ter a ilusão de que, por geração espontânea, nascerá esse debate e esse interesse. Os poderes públicos têm, portanto, que manter um diálogo vivo e actuante com a sociedade, indo ao encontro dos seus anseios, procurando resolver problemas e rasgando novos rumos que conduzam ao desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentado. Hoje somos todos cidadãos, titulares de direitos naturais como a liberdade, a propriedade, a segurança e a igualdade perante a lei. Numa sociedade que se quer justa todos devemos participar contribuindo para a defesa intransigente destes valores.

Jean Monet, (fundador da grande comunidade europeia onde hoje estamos inseridos), dizia que os “homens só aceitam a mudança quando sentem a necessidade, e, só vêem essa necessidade quando há uma crise”. Por isso, a crise de valores que hoje é reclamada amiúde, bem pode ser o mote para um novo exercício de cidadania.

CAPÍTULO V - BIBLIOGRAFIA

Actas do *Seminário de Antropologia e Sociologia* do Congresso Portugal-Brasil, (2000) "Os caminhos e os descaminhos do terceiro sector. A propósito da experiência portuguesa recente". (no prelo).

ADDA, Jaques, (1997). *A Mundialização da Economia, 2. Problemas Terramar*.

ALMEIDA, J. F. et al (1994). *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.

AMARO, Rogério (org.) (1992). *Iniciativas de Desenvolvimento Local Caracterização de Alguns Exemplos*, Lisboa ISCTE – IEFP.

AMARO, Rogério Roque (2004). “*DESENVOLVIMENTO – UM CONCEITO ULTRAPASSADO OU EM RENOVAÇÃO? DA TEORIA À PRÁTICA E DA PRÁTICA À TEORIA Economia Solidária Contributos para um Conceito*”, CEA.

AMARO, Rogério Roque (coord.) (2001). “*Não à Pobreza - A Inclusão pela Economia*”, Porto: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

AMARO, Rogério Roque e MADELINO, Francisco (2004). “*Economia Solidária – Contributos para um Conceito*”, Projecto Cores, INTERREG IIIB.

AMARO, Roque, (2001). *Economia e Evolução Social. Não há pobreza. A inclusão e a economia*. Lisboa, Ministério do Trabalho.

AMARO, Roque. (2003). *A luta Contra a pobreza e a exclusão social em Portugal*. Genebra, BIT/STEP.

ASHLEY, Patrícia A. (coord). (2002). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo. Saraiva.

BOAS, Gláucia Villas, (1998). "Novas Configurações Sociais no Contexto da Mundialização. *Territórios da língua Portuguesa: culturas, sociedades, políticas*, (pgs. 76-81). Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ.

BUREU Internacional do Trabalho (2003). *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal: Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza*.

Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1996:60). *Dicionário Profissional de Relações Públicas e Comunicação*. São Paulo: Editora Saraiva, 1978 (segunda edição em 1996 pela Summus Editorial).

CAPRA, Fritjof. (1982). *O Ponto de mutação*. 8.ed. São Paulo: Cultrix.

CAPUCHA, Luís (2000) *Exclusão Profissional, Exclusão Social e Cidadania*” in *Cidadania, Integração, Globalização*, (Orgs) José Manuel Leite Viegas e Eduardo COSTA, Dias, Celta Editora, Oeiras.

CARDOSO, Luís (1999). *Gestão Estratégica das Organizações*, Editorial Verbo, Lisboa. CELTA Editora, Oeiras

Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CEOA), (2004). *Responsabilidade Social das Empresas – Estado da Arte em Portugal*.

Comissão Europeia (2001). Livro Verde – *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, Bruxelas.

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1987). *O Nosso Futuro Comum*, Milibérica Liber, Lisboa.

Conselho Europeu de Lisboa (2000). *Conclusões da Presidência*”, Lisboa

COSTA, A. B. (1998) *Exclusões Sociais*. Lisboa, Gradiva.

DEFFOURNY, J., DEVELTERE, P (2000). *Orígenes y contornos de la economía social en el Norte el Sur*. Genebra, OIT/ STEP.

DEFFOURNY, J., Favreau, L.Laville (1998). *Insertion et nouvelle économie sociale. Un bilan international*. Paris, Desclée de Brouwer.

DEFOURNY Jacques; DEVELTERE Patrick, *Orígenes y Perfiles de la Economía Social en el Norte y en el Sur*” in *LA ECONOMÍA SOCIAL EN EL NORTE Y EN EL SUR*. Buenos Aires, Ediciones Corregidor, 2001. Desenvolvimento”. *Documentação ILE*, 13: 53-60.

DIRECTRIZES DO CAD PARA A REDUÇÃO DA POBREZA, (2001). OCDE.

DRUCKER, Peter, (1993). *Gerindo para o Futuro*. Difusão Cultural, Lisboa.

ESPADA, João Carlos, (2004). *Direitos Sociais de Cidadania – Uma crítica a A.F.A Hayek e Raymond Plant*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

ESTIVILL, Jordi, (2003). *Panorama da Luta contra a Exclusão Social. Conceitos e Estratégias*. Genebra BIT/STEP.

FAVREAU; Louis; LÉVESQUE, Benoît (1996). *Développement économique communautaire Économie Sociale et Intervention*. Presses Universitaire du Québec, Canadá. FAUSTINO, Paulo (org) (2007). *Ética e Responsabilidade Social dos Media*. Formal Press.

FERREIRA, Claudino e Portugal, Sílvia, Maurice Roche and Rik van Berke (1997).

FILHO, Cláudio António Pinheiro Machado *Responsabilidade Social Corporativa e a criação de valor para as organizações* Fea-Us, Zylbersztaj, Decio Fea-Usp ,Série De Working Papers Working Paper Nº 03/024.

FILHO, Genauto Carvalho de França “ NOVOS ARRANJOS ORGANIZACIONAIS POSSÍVEIS? - O FENÔMENO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO (PRECISÕES E COMPLEMENTOS) sr

FILHO, Genauto, (2002). *Terceiro Sector, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais*. BAHIA ANÁLISE E DADOS, Salvador. V. 12, nº 1, Junho.

FILHO, Machado Cláudio, (2006). *Responsabilidade Social e Governança, o Debate e as implicações*. Thamoson.

FRIEDMAN, Milton & Rose D. (1982). *Capitalism and Freedom*. University of Chicago Press.

FRIEDMAN, Milton, (1970). *The Social Responsibility of Business is Increase Its Profits*. N.Y.: New York Times Magazine, 13 Set.

FRIEDMANN, Jonh. (1996), *Empowerment uma politica de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora.

FROES, César; MELO Neto, Francisco P. (2001). *Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do Terceiro Setor*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark.

GALLIMARD, (1983). *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris,

GRACE, (2004). *Guia Prático para a Responsabilidade Social das Empresas, Primeiros Passos*. Instituto ETHOS.

GRACE, (2005). *As Empresas e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Instituto ETHOS.

GUESLIN, A. (1997). *La invention de l'économie sociale*. Paris. Ed. Economica.

HERZOG (2004). *O Guia de Boa Cidadania Corporativa*

HENRIQUES, J. M. (1990). *Municípios e Desenvolvimento. Caminhos Possíveis*. Lisboa, Escher.

HENRIQUES, M.S. NETO, J.A S. Comunicação e mobilização social: estratégias de actuação das organizações do terceiro setor na área da comunicação. In Anais do XXIV Congresso

Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001. Campo Grande/MS. Intercom, 2001(CD ROM).

HESPANHA Pedro. (co-ed) (2000) *ENTRE O ESTADO E O MERCADO As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra, Ed. Quarteto.

HESPANHA, P. Ferreira, C.; e Portugal, S. (1997). *Welfare Society and Welfare State*. Maurice Roche and Rik van Berkel, *European Citizenship and Social*

Boaventura Sousa Santos et al, *Globalização: Fatalidade ou Utopia ?*. HESPANHA, P. Novos problemas e Novos Desafios para a teoria Social Fatalidade ou Utopia ? *Mal Estar e Risco Social num mundo Globalizado* Porto Afrontamento. Porto, Afrontamento (no prelo).

HESPANHA, Pedro, (1995). *Os Direitos Humanos e a Cidadania Social nas sociedades Contemporâneas*. Do *Serviço Social*, número especial "Direitos Humanos e Acção Social".

LAVILLE, J-Louis (org) (2004). *Economía Social e Solidaria*. Uma visão Europeia. Editorarial Altamira.

KUNSCH, Margarida M.K., (1999). Gestão integrada da comunicação organizacional e os desafios da sociedade contemporânea. *Revista Comunicação e Sociedade/UMESP*, Nº 32, 2º semestre.

LAVILLE, J.L (ed) (1994). *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris. Desclée de Brouwer.

LAVILLE, Jean Louis, Bernard Eme, Cyrille Ferratonm et al, (2004). *A economia Social e Solidária Uma visão Europeia*. Alatomira.

LAVILLE, Jean-Louis e Cattani, António David (dir). (2005). *Dictionnaire de L'Autre Économie*, économie solidaire Desclée de Brouwer, Paris.

LAVILLE, Jean-Louis; BORZAGA. Carlo; DEFOURNY, Jacques; EVERS, Adalbert ; LEWIS, Jane ; NYSSSENS, Marthe ; PESTOFF, Victor (2000) *Terceiro Sistema : Uma Definição Europeia*. CIRIEC - AS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SISTEMA. Um Desafio Estratégico para o Emprego, INSCOOP, LISBOA.

LAVILLE; Jean – Louis, *Economie solidadaire, économie social, tiers sector*. Débat théorique et réalité européenne, pág. 1 e 2, s/r.

LAVILLE; Jean-Louis “ L' économie sociale et solidaire. Un enjeu politique en europe et en France”, s/r.

LEE, Nancy e Kotler, Philip, (2004). *Corporate Social Responsibility: Doing the Most Good for Your Company and Your Cause*. John Wiley & Sons Publishers, New Jersey.

LÉVESQUE; Benoît; BOURQUE; Gilles; FORGUES; Éric (2001) *LA NOUVELLE SOCIOLOGIE ÉCONOMIQUE. Sociologie économique*. Desclée de Brouwer. Paris.

Lind, Jens e Moller, Iver (eds.), (1999). *Inclusion and Exclusion: Unemployment and Non-standard Employment* The Portuguese Late Modernization and the Complexities of Inclusion Through Work. *In Europe*. (pgs. 63-88). Aldershot, Ashgate.

MOTA, Goreti e DINIS, Alzira “*Responsabilidade Social das Empresas: Novo Modelo de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável*”.

Walter Weiszflog, *Michaelis Moderno Dicionário Da Língua Portuguesa, Melhoramentos*

MILANDO, João, (2005). *Cooperação sem Desenvolvimento Estudos e Investigação*. Nº 39 Imprensa de Ciências Sociais.

MOREIRA, José Manuel (1999). *A Contas com a Ética Empresarial*. Principia.

MOZZICAFREDO, Juan, (1994). *Concertação social e exclusão social*”. *Organizações e Trabalho*, 12: 97-121.

MOZZICAFREDO, Juan, (1997). *Estado -Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras, Celta.

NASH, Laura. (1993). *Ética nas empresas: boas intenções à parte*. São Paulo: Makron Books.

NETO, F. M; FROES, C. (2001). *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymar.

NYSSSENS, Marthe, (2000). “Les approches économiques du tiers secteur – Apports et limites des analyses anglo – saxonnes d’inspiration néo – classique. In *Sociologie du Travail*. n. ° 4, oct./ déc.

PARDAL, Luis e Eugénio Correia, (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Formação Continua, Areal Editores.

PINHEIRO, Machado, Cláudio. (2002). *A. Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Plano Nacional de Acção para a Inclusão, Portugal 2006-2008, Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2006, de 15 de Dezembro.

Plano Nacional de Emprego (2003). Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Prefácio a *Don et économie solidaire*, de Genauto de França e Sylvain Dzimira, collection la petite bibliothèque du MAUSS, Paris, 2000.

REGO, Arménio et al, (2003). *Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas, Um estudo da Situação Portuguesa*. Principia.

MATEUS, Augusto e al (2005). RELATÓRIO FINAL. Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social, Volume 3. Competitividade, Coesão e Convergência: A óptica específica das regiões portuguesas, Região Autónoma dos Açores.

Estudos de Organização do Território, Lda. Revista *Intervenção Social* (1997). *Novas Perspectivas sobre os Direitos Sociais*. 15/16:121-129.

ROSTOW, W.W. (1971). *Etapas do desenvolvimento económico*. RJ, Zahar.

SACHS, I. (1986). *Eco desenvolvimento: crescer sem destruir*. SP. Vértice.

SANTOS, Boaventura, Sousa, (1987). O estado, a sociedade e as políticas sociais. Revista *Crítica de Ciências Sociais*, 23:23-74.

SANTOS, Maria João Nicolau (org) et al (2006) “ Responsabilidade Social nas PMS Casos em Portugal, Editora.

SANTOS, Maria João Nicolau; SILVA, José Luís de Almeida; SAMPAIO, José e BRAGA, Mariana Leite, (2004). “*Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial*”.

Simon Zadeck (2001). *The new economy of corporate citizenship*. Civil Corporation.

SPEAR, Roger. (2005). Social Economy in Europe. *Actas do Congresso de Economia Solidária dos Açores*. Coingra.

TREMBLAY ; Marielle (Dir.). (1996). *Développement local, économie sociale et démocratie*. . *Exclusion*. Aldershot, Ashgate.Presses Universitaire du Québec, Canada

Walsh, J., Craig, S., (1998)

Welfare Society and Welfare State, *European Citizenship and Social Exclusion*. Cap. 11:169-183. Aldershot, Ashgate.

PROENÇA, Fátima (Cood), Sorrentino, Emilia e al (2005). Coesão, Coerência e Cidadania na Europa Alarga, A Cooperação Internacional para o desenvolvimento: reflexões e perspectivas futuras. ACEP

QUINTÃO, Carlota, Actas do V Congresso Português de Sociologia (2004).

SITES CONSULTADOS:

- Formentini, Márcia e Mainieri, Tiago “Ética e Responsabilidade Social - Repensando a Comunicação Empresarial”:
<http://www.comunita.com.br/pdf/eticaeresponsabilidadesocialrepensandoacomunicacaoempresarial.pdf>

- COSTA, Maria Alice Nunes “Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial”<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/230/230.pdf#search=%22Mudan%C3%A7as%20no%20mundo%20empresarial%22>

- GADOTTI, Marco “Agenda 21 e a Carta da Terra”, in
http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Pedagogia_da_Terra/Agenda_21_Carta_da_Terra_2002.pdf#search=%22Agenda%2021%20filetype%3Apdf%22

- MOTA, Goreti e DINIS, Alzira “Responsabilidade Social das Empresas: Novo Modelo de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável”, in
<https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/123456789/221/1/artigo16.pdf#search=%22Responsabilidade%20Social%20das%20Empresas%20novo%20modelo%22>

- United nations Sustainable Development (1992) “Agenda 21” in
<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf#search=%22Agenda%2021%20filetype%3Apdf%22>

- Global Reporting Initiatives - <http://www.globalreporting.org/>

- Livro Verde do Espírito Empresarial - <http://www.iapmei.pt/resources/download/Greenpaper.pdf>
Livro Verde da Responsabilidade Social das Empresas - http://www.anmp.pt/ue/cdr02/cdr345_2001.doc

- Norma SA 8000 - <http://www.portalsocial.ufsc.br/legislacao/NormaSA8000.doc>

- LISBOA, Armando. A Crítica de Karl Polanyi à Utopia do Mercado in, Alisboa@mbox1.ufsc.br.

- COSTA, Maria Alice Nunes, “Mudança no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial in <http://ces.uc/publicacoes/oficina/230/230.pdf#search=%22Mudan%C3%A7as%20no%20mundo%20empresarial%22>

- PASSADOR, Cláudia Souza. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044201.pdf>>. Acesso em: 13 Março, 2009